

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ –
FADIC
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



ISADORA MATTÔSO GOUVEIA

**IBAS:
Uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul através da perspectiva
brasileira.**

**RECIFE
2015**

ISADORA MATTÔSO GOUVEIA

**IBAS:
Uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul através da perspectiva
brasileira.**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis

**RECIFE
2015**

GOUVEIA, I. M.

IBAS: uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul através da perspectiva brasileira. Isadora Mattôso Gouveia. Recife: o Autor, 2015.

57 folhas.

Orientador: Profº Elton Gomes

Monografia (graduação) – Bacharelado em Relações Internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2015.

Inclui bibliografia.

**1.Relações Internacionais 2. IBAS 3. Cooperação Sul-Sul 4. Países Emergentes 5. Brail
6. Índia 7.África do Sul .**

**327 CDU (2ªed.)
327 CDD (22ª ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2015 – 341**

ISADORA MATTÔSO GOUVEIA

IBAS:

**Uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul através da perspectiva
brasileira.**

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instrução Cristã - FADIC, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Dr. Elton Gomes dos Reis

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Msc: Pedro Gustavo Soares

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Msc: Antônio Henrique Lucena

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
1. As Teorias de Relações Internacionais.....	16
1.1. Teoria Liberal das Relações Internacionais: um chamamento à cooperação internacional.....	16
1.2. Teorias de Análise de Política Externa.....	20
1.3. Teorias de Soft Balancing: uma proposta de balanceamento suave no cenário internacional.....	23
2. Brasil: um breve histórico de liderança regional.....	27
2.1. O Fórum de Diálogo IBAS: uma coalizão em defesa da reforma do Sistema Internacional.....	31
2.2. IBAS: estratégia de projeção internacional brasileira.....	40
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
4. REFERÊNCIAS.....	53

Lista de Figuras

Figura 1: Esquema de Mintz e DeRouen.....	21
Figura 2: Mapa do mundo destacando os países do IBAS.....	32
Figura 3: Símbolo do IBAS.....	37

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Os dezesseis Grupos de Trabalho do G-3.....	33
Tabela 2: Principais indicadores econômicos do IBAS em 2014.....	38
Tabela 3: Evolução do Comércio Exterior do grupo IBAS.....	39
Gráfico 2: PIB IBAS.....	48

Lista de Siglas

BIRD - Banco Mundial

CDS - Conselho de Defesa Sul-Americano

C&T - Ciência e Tecnologia.

CNAT - Comissão Nacional de Assistência Técnica

COPAC - Comissão Coordenadora do Programa de Aeronave de Combate

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA- Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FPDM - Processo Decisório em Política Externa

GATT - Acordo Geral de Tarifa e Comércio

GT - Grupo de Trabalho

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

IBAS - Índia, Brasil e África do Sul

IBSA - India- Brazil - South Africa

MDR - Menor desenvolvimento relativo

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MNA - Movimento dos Não Alinhados

MRE – Ministério das Relações Exteriores

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Órgão de Solução de Controvérsias

PAC - Política Agrícola Comum

PEB – Política Externa Brasileira.

PIB – Produto Interno Bruto

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAARC - Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SACU- União Aduaneira da África Austral

S.I - Sistema Internacional

UE - União Europeia

UNASUL – União de Nações Sul- Americanas

IBAS:
**Uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul através da perspectiva
brasileira.**

Isadora Mattôso Gouveia*

Resumo:

Com o fim da Guerra-Fria, começou-se a observar uma mudança na ordem global, com o crescimento da globalização e a emergência de polos de poder regional. A partir da segunda metade dos anos 1980 houve uma redefinição no panorama geoestratégico internacional, impulsionado justamente pelo desmantelamento do bloco soviético e o fim do conflito bipolar, fato que permitiu que países vizinhos se organizassem em processos de integração regional, sendo a América do Sul representada pelo MERCOSUL e a UNASUL.

A tendência à cooperação sustentada pelo Brasil permite-lhe ocupar a posição de líder Sul-Americano, mostrando-se sempre disposto a defender os seus interesses, especialmente no que diz respeito à união de forças em prol de objetivos nacionais em caráter global. Desse modo, o país se lança no cenário internacional em busca de seus interesses e uma maior participação dos países emergentes na elaboração da agenda mundial, principalmente, no processo decisório global.

Assim, o presente trabalho objetiva mostrar o desempenho do Brasil, especificamente, no que tange à cooperação em âmbito Sul-Sul, compondo o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS, IBSA em inglês, ou, ainda, G-3). Como esse país congrega seus interesses no campo internacional utilizando-se da cooperação para atingir as chamadas Metas do Milênio¹, e ganhar mais espaço no cenário mundial. Para tanto, utilizará como linhas teóricas de estudo, a teoria Liberal das relações internacionais, a teoria de análise de política externa, e as teorias de *soft balancing*,

*Aluna concluinte do curso de Relações Internacionais.

¹ Foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000, tendo o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Visam promover o desenvolvimento econômico e social dos países adeptos, através de temas como: educação, fome, mortalidade infantil e igualdade de gênero. Fonte: <<http://www.odmbrasil.gov.br>> Acesso em 25/05/2015.

sendo esta ultima aplicada pelos países emergentes para contrabalancear o poderio e a influência das grandes potências internacionais.

Palavras-Chave: **IBAS, Brasil, Índia, África do Sul, Cooperação Sul-Sul, Países emergentes.**

Abstract:

With the end of the Cold War it began to observe a change in the global order with the growth globalization and the emergence of regional power poles. From the second half of 1980s there was a redefinition of the international geostrategic outlook, driven precisely by the dismantling of the soviet bloc and the end of bipolar conflict, a fact that allowed neighbors countries organize themselves into regional integration processes, with MERCOSUL and UNASUL representing South America.

The trend towards cooperation supported by Brazil allows It to occupy the South America Leader position, being always ready to defend Its interests especially as regards the union of forces in support of national objectives on a global character. Thus, the country is cast into the international scene in pursuit of Its interests and a greater participation of developing countries in the development of the global agenda, especially in the global decision making process.

Thus, this work aims to show the performance of Brazil, specifically in regard to cooperation in South-South framework, making the Forum of Dialogue India-Brazil-South Africa (IBSA in English, or even G 3). It aims to shoe how this country brings Its interests in the international arena using cooperation to achieve the named Millennium Development Goals, and gain more space in the world scenery. Therefore, use as theoretical lines of study, the Liberal theory of international relations, foreign policy analysis theory and soft balancing theories, the latter being applied by developing countries to offset the power and the influence of the great international powers .

Keywords: **IBSA, Brazil, South Africa, South-South Cooperation, Emerging Countries.**

Agradecimentos

Agradeço acima de tudo a Deus, o Nosso Pai Criador, a Maria Santíssima, e aos irmãos espirituais que constantemente velaram por mim na construção deste trabalho. Agradeço imensamente a minha família, que em todos os momentos tem sido a minha maior fortaleza, motivação e alegria. Aos queridos amigos e professores que percorreram esta caminhada junto comigo.

Agradeço ao Professor Orientador Dr. Elton Gomes dos Reis pela solicitude e empenho em sua prestimosa orientação.

Introdução

Quando se abordam questões sobre iniciativas de interação, cooperação entre os atores internacionais sabe-se que a política externa de cada ator em questão serve como um eficiente objeto de análise. É de grande importância entender o cenário doméstico dos Estados da comunidade internacional, e, conseqüentemente, as iniciativas de cooperação desses com os demais Estados componentes do mesmo sistema. No entanto, faz-se igualmente importante saber o motivo pelo qual essas iniciativas de interação acontecem, o seu surgimento, o propósito, a necessidade, e os interesses de cada ator, de pôr em prática ações de intercâmbio entre si.

Dessa maneira, torna-se plausível fazer-se um resgate de alguns aspectos da política externa dos países que se deseja estudar a fim de se chegar a uma melhor compreensão, por exemplo, dos desdobramentos que levaram três países como Índia, Brasil e África do Sul a congregarem as suas forças e interesses num Fórum de Diálogo de cooperação em caráter trilateral conhecido como IBAS – Índia, Brasil e África do Sul - almejando a defesa de propósitos e resultados, no plano global, comuns a esses países.

Por meio dessa linha de raciocínio, o presente trabalho discorre a respeito de alguns pontos de análise sobre como o Brasil pautou a sua entrada no cenário internacional, em particular, levando-o a atual conjuntura de cooperação internacional e participação nos diálogos de caráter global. De acordo com o cientista político e pesquisador Daniel Fledes, (FLEMES, 2010), tradicionalmente a política externa do Brasil pode ser caracterizada através de duas formas, a saber: as relações com os Estados Unidos (HIRST; 2006) e a Europa (REZENDE; SARAIVA; 2009), na intenção primeira de desenvolver relações de comércio bilateral e exercitar a chamada política de prestígio do Brasil, amplamente aplicada mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, já no Segundo Império depois da Ruptura de 1840 (CERVO; BUENO, 2010).

Ainda de acordo com Fledes (FLEMES 2010), o Brasil assume um caráter sumamente de “estabilizador” na região que ocupa, atuando como um articulador e mantenedor de processos de integração regional, tais como o MERCOSUL e a UNASUL, que visam a projetar a liderança brasileira na região da América Latina e no mundo. Liderança essa, inclusive, reconhecida pelos demais Estados componentes da região, em termos materiais e ideacionais.

Considerado um país historicamente pacífico e orientado pelo emprego das práticas diplomáticas no plano político internacional, o Brasil não mede esforços para atuar de forma a convergir e projetar seus interesses o máximo possível. Gerando com isso a participação nos fóruns de diálogo regionais e, especialmente, internacionais, a exemplo da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa maneira, procura interagir com o meio internacional na forma de diálogos multilaterais, nos quais exerce largamente a sua política de prestígio, fortalecendo sua imagem de nação amistosa, sempre a postos para atender as questões de negociação da paz regional e internacional, bem como promover maior intercâmbio comercial e cultural em caráter global.

O modelo de política externa adotado pelo Brasil não é recente. Data da época do Brasil Imperial, de D. Pedro II, mais precisamente, em que fazia oposição à forma de governo de seu pai, D. Pedro I, considerada hostil, envolvendo o Brasil em contendas com Portugal e com os países vizinhos - caráter que é completamente oposto ao perfil que se observa nos dias atuais - quando o Brasil recém-independente se esforçava para abrir mercados externos, utilizando-se dos seus agentes e através do envio de missões especiais, principalmente à Europa. Naquela época, o café, enquanto principal produto de exportação nacional, teve grande valor diplomático, e surgiu como um trunfo do Brasil para se inserir no mercado global. Chegando a ser enviado, inclusive, em missões diplomáticas exclusivamente no intuito de divulgar o produto brasileiro.

Seguindo mais adiante no tempo, temos uma passagem do autor Amado Luiz Cervo que diz que: “Desde a inflexão da política exterior do Brasil, em 1967, com o desenvolvimento e o pragmatismo a guiar-lhe os passos daí por diante, três questões se abrem ao estudo no que tange ao movimento na esfera mundial: as concepções do poder, sua aplicação nos órgãos decisórios internacionais e a revisão da chamada doutrina de segurança nacional.” (CERVO; 2008). O Brasil ainda tentava se consolidar no âmbito das negociações internacionais, ponto este que, até hoje, tenta encontrar uma definição.

A essa época a presença brasileira nos foros multilaterais de caráter universal foi permanente e intensa no período, tendo em vista os seguintes objetivos: a) atingir as metas nacionais do desenvolvimento e da segurança; b) obter informação para atuar nos foros multilaterais regionais e nas relações bilaterais; c) influir sobre a reforma da ordem mundial. (CERVO, 2008).

Cervo, ainda assevera que desde 1950, o Brasil buscava parcerias, principalmente no setor tecnológico, com iniciativas de cooperação na transferência de

tecnologia. A primeira iniciativa de implantação de um "Sistema de Cooperação Técnica Internacional" no Brasil ocorreu em 1950, quando da criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), pelo Governo brasileiro, composta por representantes governamentais: da Secretaria de Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores e de Ministérios setoriais. Tinha como atribuição estabelecer a prioridade dos pleitos de instituições brasileiras solicitantes de ajuda técnica do exterior, fornecida por países industrializados com os quais o Brasil mantinha acordos específicos de transferência de tecnologia sob a forma de cooperação.

Desde a década de 1970, era possível perceber o ceticismo da diplomacia brasileira ante a eficiência dos órgãos multilaterais e já se avançava a passos largos na busca de alternativas operacionais para atingir, por outras vias, as metas consignadas ao setor externo. Apesar disso não convinha e não se pretendia abandonar o multilateralismo. No contexto da crise do petróleo, em 1973, o governo do Brasil apresentou à comunidade internacional a mais ousada de suas propostas: o Acordo Geral, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, para mudar de vez e por inteiro as regras arcaicas e injustas do comércio internacional prevalecentes no seio do Acordo Geral de Tarifa e Comércio - GATT (atual Organização Mundial do Comércio - OMC). A proposta tinha por fim tornar operativa a doutrina brasileira da “segurança econômica coletiva”. (CERVO, 2008).

Nos anos 1980, com a redemocratização e a segunda onda de regionalismo², a política externa brasileira voltava suas atenções para o conceito de América Latina, mercado, principalmente, no final dos anos 1980 e início de 1990, pela reaproximação com a Argentina, futuro parceiro comercial constante, especialmente na articulação e formação do bloco econômico MERCOSUL, com vistas à acentuação da liderança brasileira e congregação de seus interesses no campo regional, e projeção global de poder.

Conforme disposto acima, o presente trabalho centra sua atenção no papel do Brasil, aqui caracterizado como um “aglutinador” de interesses, que se utiliza, especialmente, do seu potencial diplomático na condução das relações exteriores com os demais Estados do Sistema Internacional (S.I), de modo a convergir interesses para a

²A partir de meados da década de 1970, a onda de regionalismo se enfraqueceu, devido a crise econômica global que foi propulsionada pelo fim do sistema de Bretton Woods, e as crises do Petróleo. Já na segunda metade da década de 1980, com o fim da Guerra-Fria, com a recuperação econômica global e a aceleração do processo de globalização, a integração regional foi retomada, dando origem a uma nova onda de regionalismo. (HERZ; HOFFMAN; 2004).

condução de sua política externa, através de sua distinguível capacidade de agregar poder e interesse no campo regional e global.

No que diz respeito à atuação internacional brasileira, o presente trabalho objetiva mostrar o desempenho do Brasil no que tange à chamada cooperação em âmbito Sul-Sul, na composição do grupo IBAS. Como o Brasil congrega seus interesses no campo internacional utilizando-se da cooperação para atingir as chamadas Metas do Milênio³, e participar de forma mais ativa e densa no processo de tomada de decisão internacional, definindo a agenda global.

O Brasil, bem como a Índia e a África do Sul, pleiteia um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e defende uma participação mais ampla dos países emergentes na condução das políticas e processos econômicos mundiais, perante os órgãos responsáveis: FMI, OMC, BIRD. Para isso, vai se utilizar amplamente das estratégias de *soft balancing* para contrabalançar o poderio das grandes potências globais.

Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) ostentam realidades domésticas bastante semelhantes. São reconhecidamente líderes em suas regiões, exercendo forte preponderância material e ideacional. Almejam alcançar objetivos muito específicos em comum, em áreas tais como: comércio, energia, segurança e transporte, que são consideradas questões de maior proeminência do setor colaborativo do grupo. O IBAS pode ser caracterizado como uma aliança estratégica para a consecução de interesses comuns dos três países em desenvolvimento perante as instituições globais, bem como, uma plataforma para cooperação bi, trilateral, e mesmo inter-regional (VISENTINI e MARRANGHELLO, 2010).

Assim, o presente trabalho versará sobre o tema da cooperação Sul-Sul, entre países que compartilham os mesmos objetivos imediatos no plano internacional, e que possuem realidades domésticas bastante próximas, buscando cooperar de maneira que possam alterar essas realidades desafiadoras nesses quadros domésticos como: má distribuição de renda, altos níveis de pobreza e analfabetismo, carência no setor de pesquisa e desenvolvimento, meio ambiente, etc. Frisando, contudo, a perspectiva brasileira, justamente pela reconhecida capacidade do Brasil de atingir seus objetivos domésticos, regionais e internacionais através da estratégia cooperativa. Para tanto, será

³ Foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000, tendo o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Visam promover o desenvolvimento econômico e social dos países adeptos, através de temas como: educação, fome, mortalidade infantil e igualdade de gênero. (www.odmbrasil.gov.br).

observada a política externa inaugurada com a gestão do Presidente Luís Inácio da Silva (2003-2010), na busca por uma maior inserção brasileira no cenário internacional.

Como linhas teóricas de estudo, a presente pesquisa apresentará no seu primeiro capítulo as teorias de Relações Internacionais, sendo a primeira delas a teoria Liberal das relações internacionais, objetivando esclarecer a razão da necessidade de iniciativas de cooperação internacional entre os Estados da comunidade global, sendo seguida pela teoria de análise de política externa, revelando o perfil de projeção e as capacidades em âmbito global de cada Estado cooperador, encerrando o capítulo com as teorias de *soft balancing* utilizadas para contrabalancear o poderio e a influência das grandes potências internacionais. No segundo capítulo será apresentado um breve histórico da liderança brasileira na América do Sul, em seguida tratará da formação e participação brasileira no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul apresentada como uma iniciativa de projeção internacional do Brasil, revelando o caráter brasileiro de aglutinador de interesses no plano mundial.

Capítulo 1 – As Teorias de Relações Internacionais.

1.1 - Teoria Liberal das Relações Internacionais: um chamamento à cooperação internacional.

O Liberalismo é considerado um dos paradigmas dominantes no estudo das Relações Internacionais. A Teoria Liberal é componente precípua de todo o edifício conceitual das RI, e traz em seu corpo de debates ideias de política internacional que constituem pontos muito influentes nas relações entre os Estados. Originou teorias sobre o lugar do indivíduo na sociedade, a respeito da natureza do Estado e sobre a legitimidade das Instituições de Governo. Contribuiu, também, no desenvolvimento de teorias sobre a organização econômica e social, através do concurso de diversos pensadores acerca do tema, como Adam Smith (1723-1790) e Immanuel Kant (1724-1804).

A partir da premissa de que todos os indivíduos têm direitos desde o momento em que nascem (Direito Natural), o Liberalismo fundamentou alguns ideais sobre a organização social, argumentando que cada indivíduo é dotado de razão, e por esse fato, não necessita da intervenção ou auxílio de forças extraterrenas e seus representantes ou senhores feudais ou monarcas, para decidir como viver sua vida. Há também o pressuposto de que todos os indivíduos são iguais diante dos direitos adquiridos com o nascimento, ou seja, pelo fato apenas de existirem, e por “possuírem naturalmente a mesma capacidade de descobrir, compreender e decidir como alcançar a própria felicidade” (NOGUEIRA E MESSARI; 2005). Assim, o indivíduo possui, portanto, autonomia para se regular, criando as condições necessárias para o seu próprio progresso. Mas, para que esse progresso aconteça, faz-se necessário existirem sociedades bem-ordenadas, garantidoras de autonomia aos seus cidadãos, que, segundo a teoria Liberal, tendem a ser autorreguladas, ou seja, são capazes de corrigir, através de instituições e processos inerentes à sua organização, desequilíbrios, ineficiências e crises que ameacem sua existência e reprodução.

Na questão da organização social, está o principal problema do Liberalismo: construir uma sociedade bem-ordenada que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade. Garantindo a liberdade individual dos civis, a sociedade como um todo progredirá, pois, a partir da busca pela autonomia, liberdade

e felicidade de cada um, é possível alcançar o bem-estar geral. Isto é, “a busca, por indivíduos livres, da realização de seus interesses (riqueza, felicidades, etc.) produz um resultado social positivo” (NOGUEIRA E MESSARI; 2005). Mesmo que a motivação seja egoísta, certos mecanismos sociais, como o mercado, fazem com que o bem-estar geral cresça, apesar de este não ser o alvo perseguido por cada um.

A partir deste entendimento Adam Smith (1723-1790) criou a Teoria da Mão Invisível (*invisible hand*), na qual revela que: o mecanismo da competição fazia com que o desejo de melhorar as próprias condições de vida se tornasse em um agente benéfico para a sociedade ao contrapor o impulso de enriquecimento do indivíduo ao dos demais. Dessa competição surge a mão invisível para equilibrar os preços das mercadorias em seus níveis “naturais”. Smith trouxe uma valiosa contribuição para um dos pontos abordados na Teoria Liberal facilitadores da construção de uma sociedade mais organizada: o livre-comércio. Os liberais acreditam que a razão humana pode formular princípios filosóficos, morais e políticos que façam com que as instituições de uma sociedade atuem sempre no sentido do equilíbrio e da autorregulação, por meio do auto-interesse. Segundo eles, as sociedades bem-ordenadas são capazes de fazer com que os vícios individuais (cobiça, avareza, ambição, etc.) sejam transformados em virtudes públicas – crescimento econômico e consequente aumento do bem-estar coletivo.

Através da crença no potencial da razão, teóricos liberais afirmam que as Organizações Políticas modernas – fundadas pela tradição liberal – asseguram condições para o progresso contínuo e inevitável das sociedades humanas. Os liberais traziam bem definidos os pressupostos da autonomia e liberdade individual, ao mesmo tempo em que reconheciam que as Organizações ou Instituições são as maiores garantidoras desses direitos, aventando a lógica sutil da cooperação, com cada individualidade exercendo os seus direitos, fazendo a sua parte no que lhe diz respeito enquanto cidadão, e com isso contribuindo para um bem-estar geral.

Uma visão bastante otimista em relação ao uso da razão pelo homem é um dos pontos principais de crítica à Teoria Liberal, tendo como grande opositor principal o Realismo, com quem travará um grande debate ao longo do século XX. No entanto, entre as duas escolas de RI há um ponto de convergência, ou seja, ambas concordam que não existe governo global, e que o sistema internacional vive sob o regime de anarquia⁴, ameaçado, assim, pela constante iminência de conflitos.

⁴ Ausência de poder coercitivo legítimo para além dos Estados Nacionais, ou seja, a não existência de um governo mundial.

Partindo desse pressuposto, os liberais passaram a defender uma política externa essencialmente voltada para a paz, pois esta seria a principal garantidora da liberdade individual. Assegurando a paz para os indivíduos, não mais haveria a necessidade de se gastar energias pensando e elaborando estratégias de conflito entre os Estados, bem como a participação nesses conflitos seria evitada, pois existem preocupações maiores, como o progresso e o desenvolvimento, que uma situação de guerra obteria sobremaneira alcançar.

A tradição liberal defende o ideal da paz para a construção de uma sociedade bem-ordenada, assim sendo, lista os três pilares que visam a demonstrar como se alcança e se administra essa almejada paz: o livre-comércio, a democracia e as instituições internacionais. A noção de livre-comércio advoga a improbabilidade de se entrar em guerra contra um país com o qual se tem relações comerciais estabelecidas e benéficas para os países envolvidos. Isto é, se duas nações comercializam entre si determinado tipo de bem, isso fortalece os laços e a ideia de hospitalidade e cooperação entre elas, de modo que uma ação hostil se torna cada vez menos provável (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

No pilar democracia, os liberais afirmam que adotar uma forma de governo republicana, contando com a opinião pública como fator crucial na tomada de decisão de um governo, resulta em uma improbabilidade maior de ocorrer um conflito (NOGUEIRA; MESSARI, 2005), pois a própria população não desejará ser envolvida nas tramas de seus governantes, visto que, muitos deles não consideram o seu povo, adotando medidas egoístas e garantidoras apenas do status político individual, não levando em conta as necessidades sociais. A ideia de democracia também é defendida porque, segundo os liberais, os Estados democráticos tendem a manter relações pacíficas entre si, ou seja, é menos provável que atores que adotam os mesmos ideais de governo entrem em oposição uns com os outros - a Paz Democrática.

Da noção de cosmopolitismo, com indivíduos fazendo parte de uma grande sociedade mundial, possuindo assim direitos e deveres perante ela, surge a ideia das Instituições Internacionais. Esse pensamento acompanhava a preocupação de se construir estruturas de nível internacional que, de alguma maneira, organizassem as relações entre os Estados de forma mais racional. Nasce então, com Hugo Grotius (1583-1654), a noção de Direito Natural e o Direito das Nações, em cujo primeiro estão sujeitas todas as pessoas, e no segundo o objeto de atenção são os Estados e Nações, visando o estabelecimento de regras de convivência baseadas no consenso.

As Instituições Internacionais são imprescindíveis para garantir a liberdade e o bem-estar social, aos quais, propõem os teóricos liberais, cada uma a seu modo. Kant (1724-1804) defendia uma “Federação Pacífica de Repúblicas”, (*Foedus pacificus*), ou seja, a associação de Estados organizados a partir de princípios constitucionais representativos da cidadania.

Os liberalistas, não possuíam uma crença forte no Estado, pois acreditavam que o poder excessivo existente nele era o fator gerador das desconfianças e hostilidades no sistema internacional. Por isso, a necessidade de se criar instituições que fossem capazes de assegurar a ordem, bem como determinadas posturas por parte dos Estados que as compreendessem. Era consenso entre os liberais a necessidade de se criarem instituições supranacionais que viessem a auxiliar na manutenção da paz no S.I. Mas, para tanto, as instituições precisavam contar com a confiabilidade dos Estados, e para se manterem, deveriam trocar informações entre si (MARAVICSIK; 1997).

O século XIX deu origem, depois das guerras napoleônicas, a experiências de fóruns multilaterais e organizações internacionais inéditas na história, como o Concerto Europeu⁵ que reunia as cinco grandes potências europeias da época, na tentativa de resolver disputas pela via diplomática. (NOGUEIRA E MESSARI; 2005). Ainda no século XIX surgem as primeiras organizações funcionais voltadas para a cooperação em áreas técnicas como saúde e comunicações (ex.: União Postal Internacional, 1874). Foi a época de ouro do Direito Internacional – surgimento de normas, práticas e instrumentos jurídicos nas relações entre Estados - consolidando a noção do Direito Positivo (resultante da vontade e das decisões dos Estados) e não do Direito Natural (derivado da capacidade de a razão apreender princípios morais transcendentais).

Para os liberais, a cooperação é um elemento necessário à manutenção da paz (herança do Concerto Europeu). A cooperação deveria ser institucionalizada, isto é, baseada em regras e procedimentos que orientassem a conduta dos Estados. O primeiro grande exemplo de cooperação internacional para fins de segurança coletiva foi a Liga das Nações⁶, que marcou o início da institucionalização da política mundial. Essa organização de segurança coletiva adotou vários princípios liberais que orientaram suas práticas e basilaram o seu desenho institucional.

⁵ Formado pelos cinco grandes Estados do séc. XIX (Inglaterra, Rússia, Áustria, Prússia e França), objetivava implantar a diplomacia de conferência e dispor sobre grandes questões de política internacional. História das Relações Internacionais Contemporâneas – Saraiva, José Flávio Sombra.

⁶ A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em abril de 1919, quando a Conferência de Paz de Paris adotou seu pacto fundador, posteriormente inscrito em todos os tratados de paz. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 20 de abril de 2015.

1.2 – Teorias de Análise de Política Externa: um olhar sobre as preferências dos Estados.

Diante de um cenário de incertezas, como se caracteriza o sistema internacional, com a já sabida ausência de governança global, os atores buscam se posicionar da melhor maneira possível em relação às decisões que tomam em nível mundial. A razão é simples, pois qualquer passo mal calculado por um Estado pode acarretar em graves problemas para ele mesmo e, por ventura, aos demais países componentes do Sistema Internacional, problemas esses, à vezes, de difícil e demorada solução.

No bojo das ações calculadas pelos Estados, ficando assim definida a agenda de política externa de cada país, estão temas como: meio ambiente, segurança, guerra e paz, sociedade, economia, comércio, saúde, diplomacia, cooperação, e uma infinidade de outras abordagens que caracterizam a estrutura de um ator internacional, ou seja, o modo como este pensa e pretende agir com vistas à condução de sua agenda internacional. Segundo Christopher Hill⁷: “política externa é uma ação intencional, com vista à promoção de interesses de uma única comunidade política ou Estado”.

Há autores nas relações internacionais que buscam analisar os atores internacionais por meio do chamado: Processo Decisório em Política Externa (FPDM⁸). Que diz respeito às escolhas que indivíduos, grupos, e coalizões fazem e que afetam as ações de uma nação em escala internacional. (Mintz e DeRouen, 2010). Para Alex Mintz e Karl DeRouen⁹, a análise do processo decisório em política externa consiste de quatro componentes, a saber: 1) identificar o problema de decisão; 2) buscar alternativas; 3) escolher uma alternativa, e 4) a alternativa de execução. (Robinson e Snyder, 1965, 437).

Herbert Simon (Simon; 1960) pontuou que o processo decisório vem a acontecer por meio dos seguintes estágios: 1) Inteligência (coletar informações e identificar o problema); 2) *Design* (identificar alternativas e selecionar o critério); 3) Escolha (usar o critério para avaliar alternativas e tomar decisões), e; 4) Implementação (pôr a decisão no efeito e alocar recursos, alternativas e selecionar o critério).

⁷ Hill, C. *The changing politics of foreign policy*. (Basingstoke: Palgrave, 2003) [ISBN 0333754239] p.285

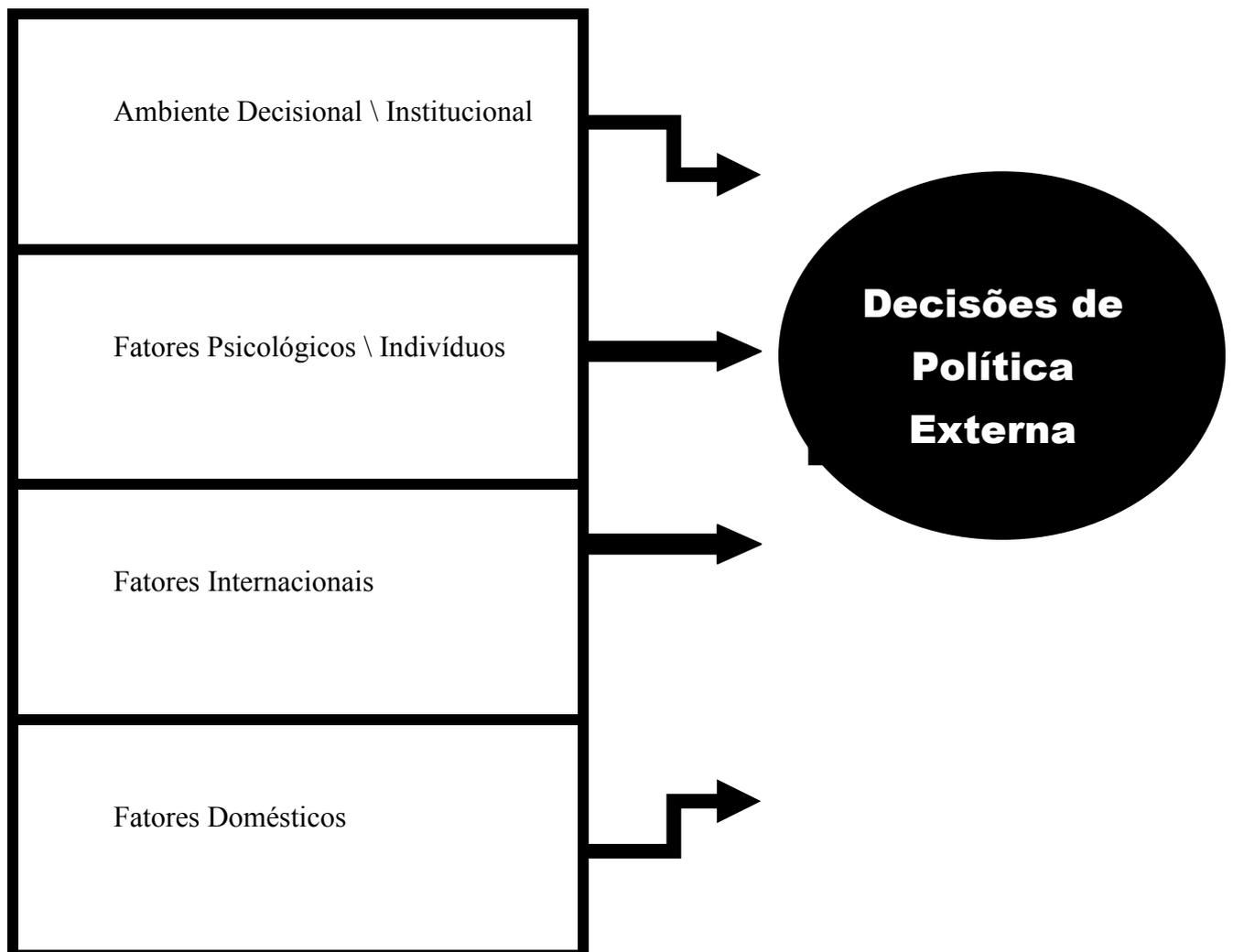
⁸ Sigla em inglês para: Foreign policy decision making (FPDM).

⁹ Mintz, Alex and DeRouen Jr., Karl – “*Understanding Foreign Policy Decision Making*”; Cambridge University Press; 2010.

De acordo com a abordagem de Mintz e DeRouen, existem alguns fatores que influenciam na tomada de decisão de um país em nível internacional, segundo o esquema abaixo:

Figura 1: Esquema de Mintz e Derouen.

Processo Decisório em Política Externa



Fonte: Mintz e DeRouen, 2010.

Por meio desse esquema, contando com o apoio dos fatores expostos acima, torna-se mais fácil a compreensão de determinados acontecimentos no cenário internacional, e como e por que determinado país optou por certos meios na obtenção de suas metas em detrimento do uso de outras ferramentas, que poderiam afetar grandemente o rumo dos acontecimentos internacionais. Um exemplo disso foi a

formação do G-20, em que o Brasil e os demais Estados-membros perceberam a necessidade de se unirem em prol da defesa de um objetivo em comum: acabar com as práticas protecionistas agrícolas das grandes potências (VISENTINI, 2010).

Os membros do G-20 observaram que essas práticas protecionistas agrícolas obstam sobremaneira a condução de suas políticas externas, e, conseqüentemente, interferem na obtenção de suas metas de desenvolvimento econômico.

Em artigo recente (RENSHON; RENSCHON; 2008, p. 511) assinalaram que nenhuma crise ou Guerra pode ser entendida “sem referência direta ao processo decisório de líderes individuais”, reforçando o esquema pontuado por Mintz e DeRouen. Foi observando isso, que os Estados Unidos desencadearam o conflito no Iraque, em 2003, visando interesses econômicos na região, especialmente no que tange ao petróleo, servindo, também, como expressão, perante outros Estados, do poderio do país estadunidense, no momento em que age unilateralmente, desafiando S.I.

Apesar de afirmarem a importância da abordagem do processo decisório em política externa, os autores Mintz e DeRouen não deixam de frisar que, como qualquer outra teoria, a FPDM tem suas limitações: as decisões são críticas em política externa, mas entender decisões não oferece uma análise completa. Mudanças internacionais, domésticas, culturais, e sociais afetam a política externa a curto e longo prazo. Fatores sistêmicos e fatores estaduais únicos afetam as escolhas. (Mintz e DeRouen, 2010).

É pensando nisso, que os países-membros do G-3 buscam convergir seus interesses a respeito da coordenação de visões sobre os grandes temas da agenda internacional, articulação dos acordos de liberalização comercial em negociação entre eles e cooperação em diversos setores (VISENTINI; PEREIRA, 2008). Observam os pontos fortes que cada país-membro possui, e, buscam trocar experiências entre si, em prol de um melhor alinhamento e conseqüente condução dos interesses comuns ao grupo, que serão abordados ao longo da presente pesquisa.

1.3 - Teorias de *Soft Balancing*: uma proposta de balanceamento suave no cenário internacional.

No cenário internacional os atores globais se veem compelidos a cooperar em alguns pontos específicos, mesmo contra sua vontade, para alcançarem determinados objetivos. Mas, não raro há entraves à ação desses mesmos atores, principalmente quando eles são emergentes e os seus interesses divergem dos das grandes potências mundiais, tendo como maior exemplo delas, os Estados Unidos. Foi a partir desse pensamento que o Professor de Ciência Política, *Robert A. Pape*¹⁰ (2005), da Universidade de Chicago, desenvolveu a chamada teoria de *Soft Balancing*, que se traduz em formas de equilíbrio de poder não militar.

Essa teoria se caracteriza em alternativas de diálogo no plano internacional por parte das chamadas médias potências, ou potências emergentes, a fim de lidarem com as disparidades de poder no cenário mundial, em relação às grandes potências, que levam esse título, em grande medida, em decorrência do seu poder econômico-militar, mas, mais especialmente o chamado *hard power*. Quem faz uso frequente das estratégias de *soft balancing* são exatamente os países que ainda se situam em processo de consolidação de sua economia e política, possuindo poder bélico insuficiente para lidar de forma igualitária com países que detêm um alto coeficiente de poder militar.

Numa visão realista das Relações Internacionais, a postura de um Estado fazer frente a outro no cenário internacional, utilizando-se principalmente da força militar, diz respeito ao seu maior alicerce teórico, o conceito de Balança de Poder¹¹, amplamente praticado nos séculos XVIII, XIX e XX através das disputas de poder por parte dos Estados formadores do cenário internacional, culminando na Guerra Fria, em que teve o seu ápice. No entanto a realidade do Sistema Internacional tem mudado bastante, e hoje reúne características que amenizam a ideia de confronto direto entre nações, mostrando quem detém mais força.

Por se tratar de uma inovação na forma como se pensa o conceito de Balança de Poder nas Relações Internacionais (RIs), o conceito de balanceamento suave (*soft balancing*) tem gerado um considerável debate acadêmico (REIS; 2013). De acordo

¹⁰ “*Soft Balancing against the United States*”- *International Security*, Vol. 30, No. 1 (Verão de 2005), pp 7-45.

¹¹ Sistema flexível de alianças entre Estados designado a evitar a preponderância de um determinado Estado. A sua base é a expectativa comum de que, quando as relações de poder mudam, os Estados irão continuamente mudar suas alianças para manter um equilíbrio e evitar a gestação de um sistema hegemônico ou de um império. [HERZ & HOFFMANN; 2004].

com Stephen Walt, em suas características básicas o *soft balancing* acontece no momento em que Estados mais fracos percebem que o domínio e a influência de um Estado mais poderoso são intoleráveis, contudo o poderio militar desse Estado mais forte é tão acentuado, que, o balanceamento tradicional se converte numa alternativa inviável ou mesmo impraticável perante essa esmagadora vantagem possuída pelo ator hegemônico (WALT; 2005).

Com o fim do conflito bipolar e o advento da globalização e outros movimentos de forte mudança econômico-social, o desenvolvimento de tecnologias, e consequentemente uma maior proximidade entre os Estados, diversas estratégias que antes eram utilizadas e que muitas vezes eram malsucedidas, por envolverem um confronto militar direto, foram revisadas e postas em ação por outras vias, como a econômica e a diplomática. Com o fim da Guerra Fria, diante da demonstração de poder de destruição e ameaça de duas grandes potências, o mundo pôde verificar a vulnerabilidade em face da tecnologia das armas de destruição em massa, e, por conseguinte, a necessidade de encontrar outros modos de se defender um objetivo no meio internacional.

De maneira tal, o *soft balancing* é exercido através da adoção de medidas que visam evitar a ação perniciosa ou moderar o poder de ação unilateral de uma superpotência, e de grandes potências, a fim de permitir uma convivência harmoniosa no âmbito internacional. De acordo com Pape o conceito se liga diretamente à alternativas não confrontacionistas diante do ator hegemônico. A intenção das estratégias de *soft balancing* consiste fundamentalmente no “uso de ações que não desafiam diretamente a preponderância militar dos Estados Unidos da América (tido como a maior potência internacional), mas usam ferramentas não militares para atrasar, frustrar, e minar o uso de políticas militares agressivas e unilaterais, pelos EUA” (PAPE, 2005).

É assim que o autor supracitado traz o seguinte exemplo, contextualizado à época da eclosão da Guerra do Iraque: Europa, Rússia e China poderiam pressionar fortemente as Empresas de Petróleo e Derivados de países outros, além dos Estados Unidos, para terem acesso aos contratos de petróleo do Iraque, o que aumentaria os custos econômicos da ocupação estadunidense no país. Os países europeus que tivessem acesso a esses contratos poderiam, também, começar a pagar suas contas na moeda Euro ao invés do Dólar, o que faria a demanda pelo Dólar cair no papel de reserva mundial e assim aumentar os riscos de inflação nos Estados Unidos (Pape; 2005). Essa seria uma

alternativa na área econômica que poderia frear a ação estadunidense no Iraque, numa demonstração prática de *soft balancing*.

Essas ações podem, ainda, ser empregadas por meio de instituições internacionais, políticas econômicas e arranjos diplomáticos, que funcionaram muito bem na oposição feita pelos Atores internacionais à invasão do Iraque, pelos EUA, em 2003. Ação essa que demonstrou o desrespeito explícito da administração Bush (2001-2008) pela posição da ONU, conduzindo o conflito sem um mandato das Nações Unidas (VISENTINI, 2010).

Ainda de acordo com o conceito tradicional de balança de poder surgido com a escola Realista das Relações Internacionais, ficam impraticáveis as relações de médias potências com potências já desenvolvidas, a exemplo dos Estados Unidos, pois as segundas acabam ditando as regras no cenário global, tais como tomadas de decisão de ordem mundial e decisivas para a condução das relações interestatais, a exemplo dos acordos comerciais, das questões de segurança, do meio ambiente, que acabam por deixar de fora, conseqüentemente, países em desenvolvimento como o Brasil. É nessa perspectiva que o país brasileiro irá se unir a Índia e África do Sul, com vistas à adequação do S.I hodierno, visando torná-lo mais equânime.

No período imediatamente após o conflito bipolar, pôde-se observar uma substancial ascensão dos Estados Unidos, o que se tornou cada vez maior, através de investimentos na área militar e de pesquisa e desenvolvimento, tornando os EUA uma potência hegemônica por justamente seguir a lógica tradicional de balança de poder no cenário internacional, sobretudo pelo uso da força bruta, numa tentativa bem sucedida de frustrar o equilíbrio de forças com os demais Estados do cenário global.

No entanto, os EUA possuem um sistema militar baseado em armas nucleares e convencionais de longo alcance, sem contar com as bases militares que possuem em Estados aliados e seus porta-aviões, a exemplo da Colômbia, país vizinho ao Brasil. Todo esse potencial bélico, somado a riqueza dos EUA, derivam parcialmente de interações econômicas desse país, especialmente comerciais, com outros países, ou seja, a prosperidade econômica da nação estadunidense depende de uma ordem internacional estável. O fato de um maior quantitativo de Estados possuir armas de destruição em massa (como China, Índia, Paquistão e Coreia do Norte) também pode ser levado em conta para que seja adotada uma resolução pacífica de controvérsias no cenário global.

Assim, a estratégia de *soft balancing* surge como um coerente instrumento para o diálogo entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos na condução da política mundial, encaixando-se, especialmente, nas iniciativas do Fórum de Diálogo

Índia-Brasil-África do Sul. Corresponde desse modo, às intenções de barganha no plano internacional, através dos esforços de cooperação e diálogo do grupo, a fim de evitar tomadas de decisão unilateral por parte do ator hegemônico (EUA), e atuarem na reforma dos grandes órgãos multilaterais de decisão, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU), e a Organização Mundial do Comércio (OMC), onde os atores exercem ativa participação, sem, contudo, o devido peso e reconhecimento. O foco dos três países está na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com cada membro se candidatando a uma vaga permanente nesse conselho.

Isso acontece não à toa, mas, por que, segundo a opinião de T.V Paul, sobre a prática do *soft balancing*: “o poder de veto que alguns Estados possuem no Conselho de Segurança da ONU, é essencial para essa estratégia”. (T.V. Paul; 2005). De acordo com T.V. Paul, essas iniciativas de balanceamento suave podem gerar o estreitamento de laços econômicos entre os atores com baixo coeficiente de poder e possibilitar o estabelecimento de iniciativas de cooperação funcional/setorial que potencializam o efeito de sua postura em âmbito global na tentativa de conter o ator hegemônico. (PAUL, 2005; REIS; 2013). Esse pensamento corrobora, sem dúvida, as formações de coalizões que surgem na busca de frustrar ações unilaterais das grandes potências através de iniciativas que não desafiam o poderio do ator hegemônico. Apresenta-se, assim, como exemplo fático a formação da coalizão IBAS que visa em sua essência dialogar com os grandes poderes, e, além disso, proporciona o melhor desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre Índia, Brasil e África do Sul, levando a um desenvolvimento desses três países em caráter bi/trilateral e individual.

2 - Brasil: um breve histórico da liderança regional.

O presente capítulo objetiva mostrar o Brasil caracterizado como um aglutinador de interesses no plano internacional, através de sua participação no Fórum IBAS. Como se dá a participação brasileira, no chamado G-3. Como esse país vem se consolidando na posição de líder regional na América Latina, e a sua contribuição para a transformação do *status quo* vigente na ordem mundial, isto é, como o Brasil, junto à Índia e África do Sul, está desenvolvendo estratégias para contrabalancear o poder das conhecidas grandes potências do sistema internacional de Estados. Para isso, o presente trabalho traça um breve perfil histórico de afirmação da liderança exercida pela nação brasileira.

A tendência à cooperação sustentada pelo Brasil permite-lhe ocupar a posição de líder da América Latina, mostrando-se sempre disposto a defender os seus interesses, especialmente no que diz respeito à união de forças em prol de objetivos nacionais em caráter global. Isso significa que reconhecendo o seu potencial para congregação e concretização de metas e objetivos, o país se lança no cenário internacional em busca de seus interesses, em defesa de uma maior participação dos países emergentes na elaboração da agenda internacional, no tocante a tomadas de decisão no âmbito da governança global, de modo que possa influenciar de maneira decisiva nos assuntos que dispõem sobre segurança, políticas econômicas e sociais em nível não apenas regional, mas, mundial.

Unindo-se à Índia e a África do Sul, a nação brasileira apresenta para o S.I as suas intenções, bem como, potencialidades de líder regional. Para isso, não apenas exerce a posição de liderança regional – característica observada, aliás, em todos os componentes do G-3 (FLEMES, 2010) – como fortalece sua posição no cenário mundial, buscando o encontro de seus interesses com os de países em vias de desenvolvimento econômico, político e social, demonstrando esta postura desde a formação do G-20¹², através dos contenciosos na OMC contra as políticas protecionistas dos Estados Unidos e Europa – as chamadas grandes potências -, tendo como importante exemplo de contencioso¹³, ocorrido em 2001, o tema da quebra das patentes

¹² O grupo dos 20 países emergentes que surgiu como forma de defender os interesses desses países em âmbito internacional, especialmente em relação à OMC, quando teve o seu início em 2003 buscava maior abertura econômica por parte das grandes potências, e objetivando eliminar as práticas protecionistas dos grandes poderes mundiais, especialmente os Estados Unidos e União Europeia.

¹³ Em junho de 2001, após diversas reuniões, negociações e consultas, Brasil e Estados Unidos chegaram a um acordo, que foi considerado como uma "vitória" brasileira. Os Estados Unidos admitiram a

de medicamentos utilizados nacionalmente, na Índia e na África do Sul para tratar de graves doenças como o vírus do HIV.

Assim sendo, pode-se afirmar que o Brasil é um aglutinador de interesses. Sempre partindo em defesa dos seus interesses e dos países emergentes, frente às notórias assimetrias de poder no Sistema Internacional, optando pela forma pacífica da cooperação. Daniel Flemes (FLEMES; 2011) assevera que a postura estratégica brasileira é essencialmente defensiva, não oferecendo assim, ameaças à segurança e à ordem na região em que está localizado. Esse fato representa grande valor nos processos de cooperação em que o Brasil se engaja, garantindo com isso maior teor de confiabilidade a esse Estado por parte dos seus vizinhos e parceiros internacionais.

É possível notar esse forte caráter diplomático brasileiro desde os tempos imperiais, em que, sob o comando de D. Pedro II (1840-1889), o Brasil começou a revelar a força de sua diplomacia, reconhecida mundialmente até os dias atuais, quando da iniciativa de seu segundo imperador, juntamente com a sua cúpula de seu governo, encontraram uma maneira sagaz de atrair o olhar do mundo para a nação brasileira mostrando o que nela havia de melhor, na época surgia uma iguaria conhecida como: café. Na clássica prática daquilo que já poderia ser definido como *soft-power*,¹⁴ D. Pedro II junto ao seu corpo diplomático organizou missões que levaram o café para diversas partes do globo mostrando o lado atraente do Brasil, almejando chamar aos poucos a atenção das nações do sistema global.

O Brasil não se declara como líder da América do Sul. No entanto, esse fato não apaga a liderança natural que ele exerce nessa região, sendo reconhecida essa preponderância pelos demais países latino-americanos. Um fato notório disso é o caráter brasileiro de articular interesses em prol da integração, principalmente no que tange a integração regional, que visa congregar os seus objetivos no plano da região que ocupa. Os maiores exemplos da bem sucedida iniciativa de integração brasileira são o MERCOSUL e a UNASUL.

A estratégia de integração brasileira com o Mercosul apresenta uma feição sumamente pragmática, isto é, dispõe sobre questões especialmente comerciais, em que o Brasil tem a oportunidade de mostrar a sua capacidade de liderança e projeção de poder no âmbito regional. Assim, tem a oportunidade de exercer a chamada hegemonia

possibilidade de quebra de patentes em questões de saúde pública de países em desenvolvimento. (FERNANDES DE OLIVEIRA; 2007).

¹⁴ Joseph Nye é o autor desta teoria em que define soft power como a habilidade de um Estado de induzir outros Estados a adotarem as suas preferências de política externa – “Soft power is the ability to get desired outcomes because others want what you want” – International Herald Tribune, 10 de janeiro de 2003.

cooperativa¹⁵ (PEDERSEN, 2002). Já com a UNASUL, o Brasil exerce sua capacidade de resolução de controvérsias, melhor expressa através do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Isso se tornou possível com a segunda onda de regionalismo, após a redemocratização quando o Brasil pode adotar uma nova agenda de política externa enfatizando a integração da América Latina.

A teoria de Thomas Pedersen diz respeito à estratégia de médio-longo termo adotada pelas ditas “grandes potências regionais” e a sua “capacidade de agregação de poder” (*power aggregation capacity*), em que o autor define essa habilidade como a “capacidade de uma grande potência regional de fazer com que uma série de Estados vizinhos convirja em torno de seu projeto político” (PEDERSEN; 2002, p. 698). Essa é uma característica observada na condução da política externa Brasileira, especialmente quando se observa a articulação da formação do MERCOSUL visando ampliar a sua atuação no mercado regional.

Em vista disso, observa-se que a política externa regional do Brasil está baseada em dois elementos: a) promoção da integração sul-americana e b) prevenção e solução de conflitos pela negociação diplomática e mediação política. O primeiro elemento ele alcança com a participação no MERCOSUL, e o segundo elemento é expresso mais precisamente através de sua participação na UNASUL, por meio do CDS. Esses dois mecanismos de integração surgem então como os dois grandes pilares do projeto sul-americano do Itamaraty (GRATIUS; 2007), sem que haja interferências, com problemas de nulidade, entre os dois, podendo, assim, coexistir harmoniosamente.

Partindo do fomento e concretização da integração regional latino-americana, o Brasil lança conseqüentemente os seus anseios de integração para fora da América Latina, num movimento de cooperação inter-regional, visando agora à macrorregião Sul do globo. Com isso, por meio da condução da política Externa do governo do ex-presidente Luís Inácio da Silva (2003-2010) o Brasil se aproximou mais do continente africano, especialmente da África do Sul, e do continente asiático, fortalecendo laços com a Índia. As intenções brasileiras de estreitar o diálogo com essas nações se deve ao fato de esses países se encaixarem com o perfil brasileiro no que concerne a forma democrática de governo, aos desafios em âmbito interno, e, principalmente, por serem países em desenvolvimento e líderes nas regiões que ocupam, sustentando, também, os mesmos interesses com respeito à condução das políticas de nível global.

¹⁵ Teoria neorrealista das relações internacionais que aborda uma estratégia de médio-longo termo empregada pelas grandes potências regionais, e trata da “capacidade de agregação de poder” (*power aggregation capacity*), que é a capacidade de uma grande potência regional fazer com que uma série de Estados vizinhos convirja em torno de seu projeto político.

De acordo com Visentini, durante seis décadas (1930-1990), a diplomacia do Brasil realizou uma evolução progressiva rumo à sua mundialização e multilateralização, mesmo com as mudanças de governo e de regime político. A partir de uma trajetória individual e de uma inserção apenas de alcance hemisférico, em direção aos Estados Unidos, a política externa brasileira experimentou um avanço, na medida em que a sua economia transitava da agro-exportação à industrialização, em direção à relações múltiplas na época da chamada Política Externa Independente (1961-64), com a volta da vertente europeia e a inauguração da afroasiática e da socialista (bloco soviético). Mais tarde, a partir do último governo militar o Itamaraty, finalmente, deu início à efetiva inserção no espaço sul-americano com a integração regional, tendo a Argentina como foco privilegiado, que viria dar origem ao MERCOSUL em 1991(VISENTINI; 2009).

A opção do presidente Lula pelo diálogo Sul-Sul teve como meta principal “garantir a sustentação de uma estratégia de inserção internacional do país” (OLIVEIRA, M. F., 2005). Observando as características em comum de Índia e África do Sul, visando à cooperação e inserção internacional, o Brasil parte para a concretização de uma ideia de diálogo em caráter supranacional já lançada pelo país sul-africano, que, inicialmente, tentava criar um grupo interlocutor¹⁶ do G-8. Desse diálogo, em junho de 2003, surgiria o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, para consolidar uma parceria estratégica com vistas a contrabalancear o poder das grandes potências, em especial, os EUA.

¹⁶ A proposta inicial da África do Sul ocorreu no ano de 2001, quando se tentou criar um grupo para dialogar com os países do G-8, e uma proposta foi feita para a China, Índia, Brasil, e Arábia Saudita. No entanto, com o ataque terrorista aos EUA em setembro de 2001, e o desinteresse do então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, as negociações voltariam a acontecer apenas dois anos mais tarde, porém sem a presença de China e Arábia Saudita, devido ao seu regime político e não tendo mais o foco no G-8, pois se este se recusasse a dialogar com esses cinco países, a formação do grupo ficaria desprovida de sentido. (VISENTINI; MARRANGHELO; 2010).

2.1 – O Fórum de Diálogo trilateral IBAS: uma coalizão em defesa da adequação do Sistema Internacional.

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul teve seu início no dia 06 de junho de 2003 em Brasília, capital brasileira. Iniciou-se por meio do contato entre os chanceleres desses três países, depois de conversas informais durante a reunião do G-8 em Evian, na França. Do diálogo entre eles nasceu a Declaração de Brasília¹⁷, que trata dos principais temas propostos e acordados entre as três nações no tocante à: importância do respeito às regras do Direito Internacional, ao fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança e da prioridade ao exercício da diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacionais. À época os países-membros defenderam a reforma dos principais órgãos em que atuam: ONU e OMC. Chamaram a atenção, em particular, para o Conselho de Segurança, ao que enfatizaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com a participação de países em desenvolvimento, nas duas categorias (VISENTINI; 2009).

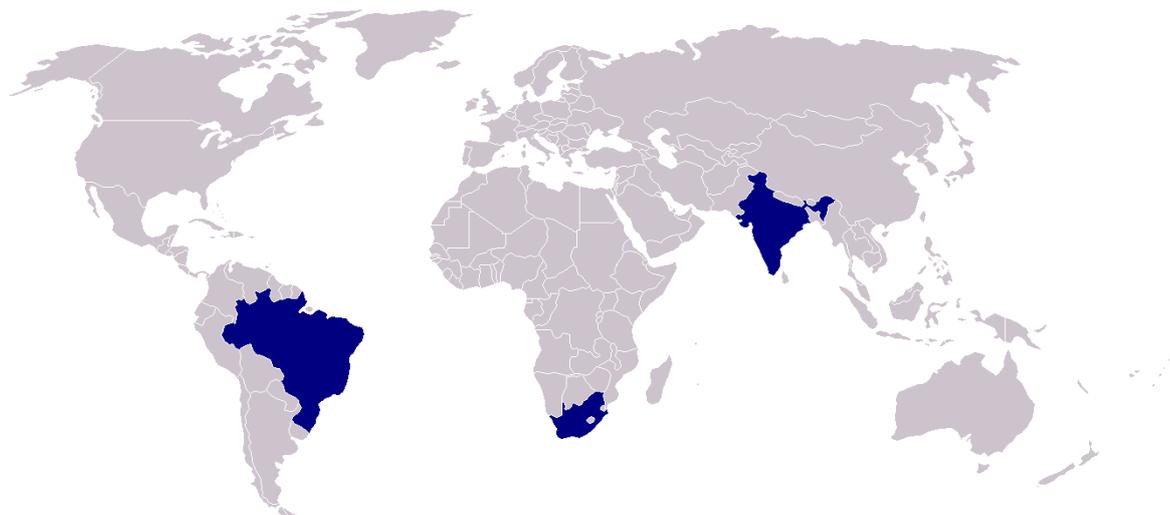
Depois de diversas reuniões ministeriais os presidentes da Silva, Mbeki, e o Primeiro-Ministro eleito em 2004, Manmohan Singh celebraram a primeira reunião de cúpula do IBAS em Brasília, no mês de setembro de 2006. Nessa reunião os três chefes de governo coordenaram juntos pela primeira vez os seus pontos de vista através da assinatura do Movimento dos Não Alinhados (MNA) na Conferência em Havana da 61ª Assembleia Geral da ONU, em que a África do Sul foi eleita pela primeira vez membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2007-2008). (FLEMES, 2007).

A união dessas três potências regionais pode ser vista como um esforço para aumentar o poder de barganha das nações em desenvolvimento no plano internacional, perante os grandes poderes, de modo que o poder de decisão não se concentre apenas nas grandes potências. Partindo desse pressuposto, o IBSA (sigla em inglês para India, Brazil and South Africa) pode ser considerado uma coalizão, que revela os três como fortes representantes da nova ordem mundial, destacada pelo aparecimento de polos regionais, contando com a presença no cenário mundial, de países do hemisfério Sul, tirando um pouco o foco do hemisfério Norte, onde estão concentrados os principais poderes mundiais.

¹⁷ Disponível em: <http://www.ibsa-trilateral.org/>

Reunidos no G-3, Brasil, Índia e África do Sul, operam igualmente em áreas de colaboração concreta, tais como: comércio, energia, segurança e transporte, que são consideradas questões de maior proeminência do setor colaborativo do grupo¹⁸. Um ponto de forte destaque no grupo é o fato de os seus membros serem países líderes nas regiões que ocupam (Subcontinente Indiano, América Latina e África Austral, respectivamente). Abaixo, pode-se observar na figura 2 o mapa do mundo destacando a região ocupada por cada membro do IBASA:

Figura 2: Mapa do mundo destacando os países formadores do IBAS.



Fonte: <http://www.ibsa-trilateral.org/> – Acesso em 07 de Junho de 2015.

O IBAS pode, ainda, ser caracterizado como uma aliança estratégica para a consecução de interesses comuns dos três países em desenvolvimento perante as instituições globais, bem como, uma plataforma para cooperação bi, trilateral, e mesmo inter-regional. Isso demonstra como os países do grupo procuram atingir objetivos pragmáticos, mas sem abrir mão da cooperação como pilar da diplomacia. Juntos no IBASA, os três países ao pleitearem reformas na ONU reafirmam a necessidade de dotar essa Instituição de alto prestígio e reconhecimento internacional, da legitimidade e eficácia que promete. (FLEMES; 2007).

De acordo com informações do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (MRE¹⁹), o G3 atua em três principais vertentes: coordenação política, cooperação

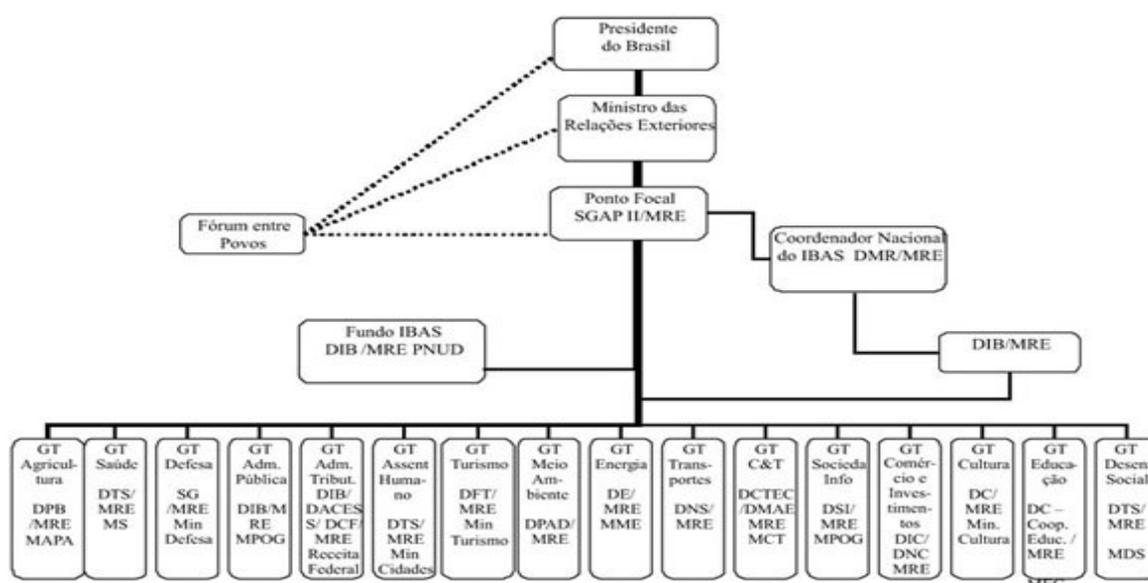
¹⁸ Disponível em: <http://www.ibsa-trilateral.org>. Acesso em 30 de março de 2015.

¹⁹ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em 15 de abril de 2015.

setorial, e Fundo IBAS. Desde o seu início até o momento foram realizadas cinco reuniões de cúpula, a saber: I Cúpula IBAS – Brasília, em setembro de 2006; II Cúpula IBAS – Pretória, em outubro de 2007; III Cúpula – Nova Délhi, em outubro de 2008; IV Cúpula – Brasília, em abril de 2010; e V Cúpula IBAS – Pretória, em outubro de 2011. (MRE, 2015). Além de realizarem um diálogo intergovernamental, as Cúpulas do IBAS abrangem a execução de sete foros temáticos, nas áreas tais como: mulheres; acadêmicos; empresários; pequenos e médios empresários; editores; governos locais; e parlamentares (BRASIL MRE, 2015) ²⁰.

A cooperação trilateral do IBAS é formada pelos chamados Grupos de Trabalho (GTs) que possuem como tema central o desenvolvimento socioeconômico. Ao todo são dezesseis Grupos de Trabalho (conforme ilustrado na página 34, gráfico 1) que compreendem as mais variadas áreas de interesse do grupo das quais se destacam: Ciência e Tecnologia (C&T); Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e Defesa. Neste caso, a cooperação surge como um ensino de desenvolvimento no campo das pesquisas e tecnologias independentemente, mas não de maneira isolada (VISENTINI; MARRANGHELLO, 2010).

Gráfico 1: Os dezesseis Grupos de Trabalho do G-3.



Fonte: Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. De Faria, Carlos Aurélio; Nogueira, Joana Laura Marinho; Lopes, Dawisson Belém.

²⁰ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>. Acesso em 18 de abril de 2015.

Um GT citado como de grande atenção é o de Defesa, que pode ser considerado como um dos trabalhos mais rápidos no início do IBAS, e que diversos autores consideram ser de alto potencial de cooperação. Alguns autores afirmam que o fato de o Brasil não possuir inimigos externos não garante a ele estabilidade. Com isso, questões como terrorismo, instabilidade na região andina, manutenção das linhas de comunicação no Atlântico Sul, controle de cargas tóxicas e radioativas, combate ao tráfico de armas e ao narcótico e proteção do petróleo e dos fluxos de comércio brasileiros nos Atlântico Sul (VISENTINI e MARRANGHELLO, 2010). A questão do terrorismo também é de preocupação indiana, pois na SAARC²¹ trata de temas relativos à segurança e estabilidade no subcontinente indiano.

Segundo o Itamaraty²², o Brasil propôs a consolidação dos GTs por área temática, de maneira a alinhá-las ao ideário político do Fórum e às vantagens comparativas do IBAS em temas como a agenda do desenvolvimento pós-2015. Esta está em processo de análise por parte dos outros dois membros do grupo, Índia e África do Sul. Um ponto que tem apresentando grande relevância na condução do G3 é o Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, criado no âmbito do PNUD da ONU. Instituído em 2004, visa atender, sobretudo, as metas do milênio, tem como objetivo fundamental atender aos chamados países de menor desenvolvimento relativo (MDRs), ou egressos de conflitos armados. Esse fundo é baseado nas capacidades disponíveis nos três países e em experiências domésticas exitosas de combate à fome e a pobreza. Anualmente cada país-membro destina ao Fundo US\$ 1 milhão, que recebe a administração por parte do Escritório de Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas e são destinados aos projetos. Até o momento o Fundo IBAS captou US\$ 25 milhões destinados a projetos em vários países. (BRASIL, MRE; 2015). Vale salientar, que iniciativas de combate à fome e outros males sociais, contém um forte apelo nos países desenvolvidos.

Ao longo dos onze anos de atuação o Fundo IBAS concluiu oito projetos em seis países como Burundi, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Haiti, Serra Leoa e Palestina (país ainda não considerado como independente pelo S.I). Dentre esses projetos estão: a Construção de Centro Multiesportivo, em Ramalá na Palestina; a Coleta e Reciclagem de resíduos sólidos: Uma Ferramenta para a Redução da Violência e Conflito em Carrefour Feuilles (Fase II), em Porto Príncipe no Haiti; e o Desenvolvimento de

²¹ Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC) foi estabelecida quando sua cartilha foi formalmente adotada pelos chefes de estado ou governo de Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka no dia 8 de dezembro de 1985. (VISENTINI; 2009).

²² www.itamaraty.gov.br

Liderança e Capacitação Institucional para o desenvolvimento Humano e Redução da Pobreza, em Freetown, Serra Leoa. O Fundo IBAS ainda conta com mais onze projetos em andamento em oito países como Cabo Verde e Camboja. Devido ao seu caráter inovador, o Fundo IBAS contou com o reconhecimento da ONU, no ano de 2006, através do prêmio Parceria Sul-Sul para Alianças Sul-Sul por conta dos seus projetos na Guiné Bissau e no Haiti (VISENTINI, 2010; MARRANGHELLO, 2010).

No tocante as iniciativas para a formação do IBAS, vale salientar que as três nações multiétnicas não objetivam fazer frente direta ao poderio dos EUA, com quem, aliás, nutrem boas relações e para onde destinam a maior parte de suas exportações. A intenção é de fazer um balanceamento suave, de modo a atingirem seus propósitos de forma pacífica e cordial. Os países membros do IBAS são considerados por alguns autores, como Detlef Nolte (NOLTE; 2007) e Daniel Fledes (FLEMES; 2010), como sendo potências médias (ou potências médias de grande porte). Outros autores afirmam que esses Estados são países intermediários, ou seja, que não reúnem condições de influenciar o sistema internacional individualmente e, por isso, tentarem fazê-lo através de alianças e ações coletivas. Assim, as instituições permitem que eles tenham influência, explorando posições diversas de liderança.

Segundo Miriam Gomes Saraiva (2007), o IBAS melhor se enquadra na visão dos chamados países *system affecting*, isto é, potências médias de grande porte, ou países que têm condicionamentos externos, principalmente econômicos. A partir do período pós-Guerra Fria conquistaram bom nível de autonomia e buscaram cooperação internacional para se contraporem a ações unilaterais de grandes potências.

A teoria do *system affecting* corrobora a teoria de *soft-balancig*, que observa exatamente os condicionamentos externos dessas potências médias, buscando uma via que possibilite esses países participarem e influenciarem de forma relativamente expressiva no cenário internacional, buscando a defesa de seus interesses não sendo objeto das estratégias das grandes potências. Não há outra maneira de essas potências médias, como Índia, Brasil e África do Sul, alcançarem seus objetivos de maneira isolada, e ainda contam com desafios domésticos para transporem obstáculos. O objetivo do Itamaraty à época de fundação do IBAS era o de aliar países com possibilidades semelhantes com vistas a um reordenamento do sistema internacional.

Sabe-se largamente que os países membros do IBAS são considerados potências regionais, e são frequentemente convidados a reuniões de alta-cúpula para tratarem de assuntos que concernem às suas respectivas regiões, somando o todo global, mas raramente são convidados a tratarem de assuntos que dizem respeito ao âmbito

internacional, ou seja, esses países não são chamados para debaterem questões de relevância mundial, as questões que definem a agenda internacional que impactam todo o sistema do qual também fazem parte. Percebendo essa restrição no diálogo, essas potências médias se valerão de estratégias que combinam a cooperação trilateral e Sul-Sul e um balanceamento brando, a fim de unirem forças na conquista de mais espaço para opinar sobre os rumos que o S.I deve seguir.

Em vista de um cenário mundial predominantemente governado pelas potências fortemente dotadas de poder econômico e militar, principalmente os Estados Unidos, que segundo a definição de Daniel FLEMES, são considerados a potência hegemônica global porque possuem habilidades de influenciar eventos e projetar poder em escala mundial:

Is a state with the first rank in the international system and the ability to influence events and project power on a worldwide scale; it is considered a higher level of power than a great power. It was a term applied to the United Kingdom and her Empire, which was followed by the Soviet Union and the United States during the Cold War. Currently only the United States fulfills the criteria to be considered a superpower (FLEMES, 2007, p. 7).

De acordo com o pensamento de William C. Wohlforth para que o Sistema Internacional se torne um sistema multipolar, sob uma ótica realista, é preciso que os líderes hegemônicos regionais construam coalizões que visem balancear o poder da superpotência global. Partindo deste pressuposto, a iniciativa do Fórum de Diálogo IBAS não é apenas válida, mas legítima.

From a realist perspective a multipolar system can only be achieved by the emergence of regional unipolarities that build coalitions to balance the superpower. (WOHLFORTH, 2005).

Em junho de 2003, Celso Amorim, Chanceler brasileiro, por meio da articulação de uma reunião instituiu o chamado Fórum de Diálogo IBAS, composto pelos Estados, Índia, Brasil e África do Sul. Alguns autores afirmam que a ideia inicial para a formação do IBAS foi sugerida pela África do Sul, que pensava congregação de países mais ampla, envolvendo os atores: Brasil, Índia, China e Arábia Saudita, em fevereiro de 2001, no intento de criar um grupo que servisse para o diálogo com o G-8 (potências mundiais). No entanto, essa proposta não obteve êxito, visto que China e Arábia Saudita

possuem regimes políticos distintos dos demais membros do possível grupo dos cinco, que são todas democracias, o que nos leva a perceber o enfoque do G-3 (Índia, Brasil e África do Sul): a democratização do sistema internacional e principalmente das instituições internacionais. (VISENTINI e MARRANGHELLO, 2010).

Diversos autores como Maria Regina Soares de Lima e Paul Hirst, afirmam que a iniciativa de diálogo Sul-Sul, IBAS, pode ser considerada como a mais bem sucedida dos últimos tempos, considerando uma maior proeminência de nações emergentes com perfil de liderança após o fim da bipolaridade mundial, e a iniciativa de se criarem coalizões com o intuito de alavancar as potências emergentes do cenário mundial. Em setembro do mesmo ano de formação do grupo foi lançado o Comunicado de Nova Iorque, caracterizado pela reunião dos três membros do IBAS na qual foram ratificadas as intenções expressas pelas chancelarias e reafirmada a união dos supracitados países para o fortalecimento do multilateralismo. A representação da união desses três líderes regionais é caracterizada pelo símbolo IBAS que reúne as bandeiras das três nações, conforme se pode ver na figura abaixo:

Figura 3: Símbolo do IBAS.



Fonte: <http://www.ibsa-trilateral.org/> – Acesso em 07 de Junho de 2015.

Em entrevista coletiva dos três países após as reuniões para o lançamento do G-3, o Ministro Celso Amorim assim se referiu sobre o porquê desses países se articularem, destacando as semelhanças entre eles: “Porque são três países, cada um de uma das três regiões do mundo em desenvolvimento: Ásia, África e América Latina. São três democracias; são três países que têm um importante papel a desempenhar em suas respectivas regiões; são três países democráticos, países em que a democracia tem

um forte papel na sua vida política; são países que têm também problemas sociais, mas que estão dispostos a enfrentá-los; e são países que têm também visões muito semelhantes em muitos temas multilaterais, e, quando não em absolutamente todos, a perspectiva que nós temos é, sem dúvida alguma, muito semelhante. Então, era preciso transformar essa coincidência virtual numa cooperação real. Eu acho que é isso que essa reunião desses três países do Sul visa a criar²³”.

Além dos objetivos de maior preponderância internacional dos membros, vale salientar que o G-3 tem como um dos objetivos principais o desenvolvimento de oportunidades de comércio global e entre as três regiões em questão. É possível constatar que os três países estão obtendo êxito nesse tentame conforme demonstram os dados constantes nas tabelas abaixo:

Tabela 2: Principais indicadores econômicos do IBAS em 2014.

Principais indicadores econômicos 2014	
Países-membros	Brasil, África do Sul e Índia
PIB	US\$ 4,66 trilhões (6,03% do PIB mundial)
População	1,46 bilhão de habitantes (25,5% da população mundial)
Exportações totais	US\$ 633,9 bilhões
Importações totais	US\$ 831,3 bilhões
Saldo comercial	US\$ - 197,5 bilhões

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC – Divisão de Inteligência Comercial, com base nas informações do FMI, World Economic Outlook Database, October 2014; e UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2015.

²³ (Entrevista Conjunta a Imprensa - Brasília, 06 de junho de 2003- www.mre.gov.br acesso em 18 abril de 2005.).

Tabela 3: Evolução do Comércio Exterior do grupo IBAS.

Evolução do Comércio Exterior do IBAS							
US\$ bilhões							
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	213	29,6%	209	34,8%	422	32,2%	3
2005	266	24,9%	269	28,7%	535	26,8%	-4
2006	312	17,2%	338	25,4%	650	21,3%	-26
2007	371	18,9%	419	24,0%	790	21,6%	-49
2008	454	22,5%	576	37,5%	1.030	30,4%	-123
2009	384	-15,5%	458	-20,5%	842	-18,3%	-74
2010	505	137,2%	615	193,5%	1.120	165,2%	-110
2011	666	31,8%	791	28,7%	1.457	30,1%	-126
2012	631	-5,1%	816	3,2%	1.448	-0,6%	-185
2013	674	6,7%	809	-0,9%	1.483	2,4%	-135
2014	634	-5,9%	831	2,7%	1.465	-1,2%	-197
Var. % 2004-2014	197,8%	n.c.	297,0%	n.c.	247,0%	n.c.	n.c.

Fonte: [http:// www.brasilexport.gov.br](http://www.brasilexport.gov.br) – Acesso em 07 de Junho de 2015. Elaborado pelo MRE/DPR/DIC – Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, March 2015.

Na tabela 03 acima, pode-se observar que o comércio exterior no G-3 com o comércio mundial cresceu 247%, durante o período de 2004 a 2014, passando de US\$ 422 bilhões para 1,47% trilhão de dólares. Nesse mesmo período as exportações apresentaram um aumento de 198%, enquanto que as importações chegaram a 297%. No entanto, a despeito do crescimento do grupo, o saldo da balança comercial do IBAS apresenta um déficit desde 2005 e em 2014 alcançou um saldo negativo de 197 bilhões de dólares²⁴. Esse resultado se apresenta como um dos principais desafios da cooperação do grupo.

²⁴ Disponível em: <http://www.brasilexport.gov.br>. – Acesso em 07/06/ 2015.

2.2 – IBAS: estratégia de projeção internacional brasileira

Com o fim da Guerra-Fria, passou-se a observar uma mudança na ordem global, com o crescimento da globalização e a emergência de polos de poder regional. A partir da segunda metade dos anos 1980, houve uma redefinição no panorama geoestratégico internacional, impulsionado justamente pelo desmantelamento do bloco soviético e o fim do conflito bipolar (REIS; 2013). Período esse que, também, ficou marcado pelo começo da recuperação da crise econômica por que passavam os países ocidentais, em decorrência da crise do petróleo de 1973, dando ensejo a redefinição do perfil econômico mundial em função do aprofundamento da interdependência econômica, gerando os fluxos integrados de capital e investimento em escala mundial (CHESNAIS, 1995; FIORI et AL, 1999).

No início do século XXI o Brasil começou a investir nas iniciativas de geometria variável, como a formação dos blocos G-20 e o G-3. Isso se dava, segundo Visentini, por meio de uma contínua e flexível busca de espaço de atuação internacional por parte da diplomacia brasileira que resulta de uma leitura realista das mudanças que acontecem atualmente no sistema mundial (VISENTINI; 2009). Essas iniciativas surgem em contraposição à crítica de um discurso puramente retórico brasileiro. Vale salientar que essas ideias já vinham acontecendo desde os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no entanto a postura de política externa adotada, especialmente no governo FHC, foi de adesão do modelo de abertura econômica vigente na época, o que resultou na expectativa de um reconhecimento do potencial brasileiro por parte dos grandes poderes, ao que Visentini afirma ter sido “um pouco de ilusão, pois em política ninguém dá; é preciso conquistar”. As ditas iniciativas também representam uma forma de contínua adaptação de uma estratégia voltada ao apoio ao desenvolvimento e, de uma maneira mais discreta, de ampliação do poder nacional. (VISENTINI; 2009).

Nesse contexto, buscando a adoção de uma postura mais ativa no cenário internacional, a fim de demonstrar suas reais intenções de combate às arbitrariedades praticadas principalmente pelos EUA no plano internacional, o Brasil acionou abertura de painel²⁵ na OMC, em 2002, em que alegava que a Lei Agrícola (*Farm Bill*) vigente à época distorcia as práticas de comércio agrícola, uma vez que oferecia aos produtores de

²⁵ O sistema de “Panels” da OMC funciona como uma espécie de “tribunal” em que se discute situações de controvérsias entre os Estados partícipes da organização.

algodão norte-americanos subsídios, deixando em desvantagem os produtores de outros países. Ao que, em 2005, o Brasil obteve decisão favorável, determinando que os Estados Unidos deveriam retirar os seus subsídios agrícolas. Esse pleito aconteceu por meio do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (OSC),²⁶ no entanto os países ainda tinham muitas divergências de como solucionar a questão, no que, então, a nação brasileira solicitou um Painel de Implementação em 2006 (BRASIL, MDIC; 2014)²⁷.

Em fevereiro de 2010, a Camex²⁸ passou a coordenar um Grupo Técnico (GT) sobre o tema, que pretendia avaliar e desenvolver propostas de implementação de retaliação. Um dos resultados foi a consolidação da lista de bens norte-americanos indicados para aplicação dessa retaliação que continha 102 itens dentre os quais produtos alimentícios; perfumaria e cosméticos; algodão e derivados; têxteis e vestuário; máquinas e equipamentos; veículos automotores; e produtos médicos, incluindo medicamentos. No entanto, ainda em 2010, os dois países assinaram o “Memorando de Entendimento sobre um Fundo de Assistência Técnica e Fortalecimento da Capacitação relativo ao Contencioso do Algodão na OMC (MdE), em que os EUA assumiram o compromisso de repassar o valor de US\$ 147,3 milhões para atividades relativas a assistência técnica, capacitação e cooperação no setor algodoeiro brasileiro.

Porém, em 2013 os Estados Unidos deixaram de fazer esses pagamentos ao Brasil, o que levou a reação do governo brasileiro, que passou a preparar tecnicamente a retomada do processo de retaliação. (BRASIL, MDIC; 2014). Sem dúvida a reação brasileira às práticas agrícolas protecionistas dos Estados Unidos demonstrou ao S.I a possibilidade de se intervir nas práticas assimétricas dos grandes poderes, que demonstram pouca boa-vontade na abertura de seus mercados para os produtos de outros países. Um bom exemplo da prática das novas iniciativas de atuação internacional brasileira, citadas acima, foi a criação, em 20 de agosto de 2003, do G-20. Grupo que surgiu para discutir a Rodada Doha²⁹ sobre o desenvolvimento econômico

²⁶ Criado pelos países membros da OMC, na ocasião da Rodada do Uruguai, é comumente mencionado como uma contribuição da OMC com a finalidade de estabilizar a economia mundial.

²⁷ <http://www.mdic.gov.br/> - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Acessado em 15/05/2015.

²⁸ Órgão integrante do Conselho de Governo da Presidência da República. Tem por objetivo a formulação, adoção, implementação e coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo. Fonte: <http://www.camex.gov.br/> - Acessado em 15/05/2015.

²⁹ Iniciou-se no Qatar, em novembro de 2001, durante a IV Conferência Ministerial da OMC. É, também, conhecida como Rodada do Desenvolvimento inicial a abertura de mercados agrícolas e industriais com regras que favoreçam a ampliação dos fluxos de comércio dos países em desenvolvimento. A Rodada Doha surge devido ao desbalanceamento entre os interesses dos países em desenvolvimento e os países

mundial, na intenção de fazer frente aos desmandos dos principais poderes mundiais, com foco principal nas políticas protecionistas agrícolas largamente praticadas pelos EUA (*Farm Bill*) e a União Europeia (UE) e a sua Política Agrícola Comum (PAC).

Diante da determinação brasileira na busca de uma maior atuação na arena internacional, aparece, também, o G-20, que surge como um novo comitê para condução da economia mundial confirmando a chegada do Brasil e de outras potências emergentes ao grupo dos países dos tomadores de decisão. Dentro da ordem mundial modelada pelos grandes poderes através de instituições internacionais, aqueles jogadores que operam efetivamente no interior destas, tidos como inovadores, formadores de alianças e porta-vozes, e que, ao mesmo tempo, mantém alto grau de soberania e independência sendo dotados da capacidade de influir substancialmente os resultados de políticas futuras (FLEMES; 2010).

Assim, as intenções da política externa brasileira do governo Lula levam a percepção de terem encontrado no Sul, o local; e na aproximação, em âmbito Sul-Sul, a oportunidade para por em prática uma estratégia maior, que se configura em pensar os ganhos e o relacionamento brasileiro no que diz respeito ao Sul não apenas como um complemento de suas relações com o Norte do hemisfério (especialmente com os EUA e a UE). O governo Lula percebia nessas incursões, com destaque para o Fórum IBAS, a chance de “unir semelhantes” para suprir o atraso tecnológico e econômico nacional, por meio de alianças, e de pressionar por uma nova governança global, com a capacidade de espelhar e promover uma maior simetria entre Norte e Sul do hemisfério (FARIA; NOGUEIRA; LOPES, 2012).

Mesmo antes da formação do IBSA, o Brasil já se engajava em parcerias bilaterais com Índia e África do Sul. No diálogo com a Índia, a parceria era relativa ao apoio financeiro a atividades conjuntas de pesquisa e inovação. Esse processo se iniciou em 1948, logo após a independência indiana, ganhando mais força a partir da década de 1990, quando os dois países passaram por reformas promovendo uma maior abertura de suas economias³⁰. No início da década de 2000, os dois países criaram o Conselho Científico Brasil-Índia (2001), constituído por destacados membros das comunidades científicas brasileira e indiana, advindos de diversas instituições acadêmicas (ROA, 2014). A sinergia entre as duas nações multiétnicas pode ser observada através de suas trocas comerciais que passaram de 1 bilhão de dólares, em 2003, ano de criação do

desenvolvidos durante a Rodada Uruguai, onde novas disciplinas sobre Propriedade Intelectual e Serviços foram propostas pelos países desenvolvidos. Fonte: <http://www.mdic.gov.br> – Acessado em 05/06/ 2015.

³⁰ Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br> – Acessado em 08/06/2015.

Fórum IBAS, para US\$ 9,49 bilhões em 2013, com um amplo potencial de crescimento. Outra semelhança com entre eles é o fato de a Índia também estar engajada no processo de integração regional no Subcontinente Indiano³¹. É membro da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC)³², criada em 1985, com objetivos de promover a paz, estabilidade, e relações amistosas na região³³.

Outro ponto de convergência entre os dois é o pleito por um assento permanente no CSNU, cada um utilizando o discurso retórico da representatividade, no Conselho, da América do Sul e do Sudeste Asiático. Buscam, com isso, fortalecer o processo de reconfiguração da governança global e da estrutura econômica, possibilitando mais força aos países em desenvolvimento no sistema multilateral para um balanceamento com o poderio unipolar dos EUA (SCHLÄGER 2007; DE LA FONTAINE, 2007).

Da mesma forma acontece com a África do Sul, que, também, dialoga com o Brasil desde antes da formação do G-3, mais especialmente depois do regime de segregação racial, Apartheid (1990). O país Sul-Africano também está envolvido num processo de integração regional conhecido com Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)³⁴. Em 1999, por determinação do MRE, o Brasil enviou duas missões aos países africanos de língua inglesa para realizar um diagnóstico da situação deles, identificando áreas e assuntos de interesse comum que pudessem se transformar em futuros acordos de cooperação técnica, ficando em destaque a Namíbia e o país Sul-Africano (ROA, 2014).³⁵

Esses países reunidos das SADC contam com um PIB de quase US\$ 200 bilhões e uma população total estimada em 205 milhões de pessoas. O grupo arrecada em suas exportações uma média de 53, 5 bilhões de dólares, com cerca 52,8 bilhões de dólares destinados à importação. A SADC é considerada o maior bloco de toda a região africana. Apesar de toda proeminência econômica, as populações partícipes do bloco, bem como a sul-africana, enfrentavam uma grave epidemia do vírus HIV (VISENTINI; 2009), que se revela como um ponto importante na cooperação com outros países do cenário mundial. Isso remete ao contencioso pela quebra das patentes de medicamentos destinados ao tratamento de doenças como a AIDS, em 2001.

³¹ Região do Sul da Ásia onde se situam: Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal e Butão, Sri Lanka e Maldivas.

³² Fazem parte da SAARC os países do Subcontinente Indiano.

³³ Fonte: <http://www.sarc-sec.org> – Acessado em 08/06/2015.

³⁴ São membros da SADC: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia e República Democrática do Congo.

³⁵ Roa, Alejandra Carrillo. “A agenda de Cooperação Sul-Sul em Saúde do Fórum IBAS - Índia, Brasil e África do Sul”.

Dana de la Fontaine³⁶ afirma que para o Brasil alcançar uma melhor posição comercial, tem adotado um papel de liderança nas coalizões Sul-Sul, a exemplo do já citado G-20, em que faz um discurso geral para os países em desenvolvimento, sem deixar de seguir os seus interesses particulares na participação no IBAS. A autora cita Costa Vaz (2003) quando explica que a política externa brasileira é fortemente influenciada pelos seus interesses econômicos e comerciais, os quais estão, frequentemente, em conflito com os interesses dos Estados Unidos e União Europeia. Ela afirma que, assim como a Índia e a África do Sul, o Brasil exige um acesso justo dos seus produtos de exportação aos mercados Norte-americano e Europeu. É exatamente esta resistência na abertura de mercado por parte dessas nações que faz com que o Brasil, mesmo sabendo que a UE e os Estados Unidos são os seus maiores parceiros comerciais, continue diversificando suas estratégias de comércio exterior com outros países em desenvolvimento da região Sul.

Dessa forma, o Brasil almeja realizar a manutenção de uma relativa margem de manobra no plano internacional, essa distribuição diversificada da estrutura brasileira de comércio exterior não apenas é vista como uma vantagem, como se busca mantê-la. Em 2005, 19.2% das exportações brasileiras foram para os Estados Unidos, e 22.4% para União Europeia, seus mercados habituais. A ALADI foi responsável por 21.5%, a Ásia por 15.7% e o resto do mundo por 19.5%. Desse modo, todas as principais áreas no globo traduzem-se em importantes mercados para o Brasil, o que requer ações nas diversas regiões (OLIVEIRA; 2006).

Juntos Índia, Brasil e África do Sul apresentam um volume comercial total de 400 bilhões de dólares. No entanto, o continente africano tem-se mostrado interessante do ponto de vista econômico e político para o Brasil, representando, com a cooperação Sul-Sul, uma importante porta de entrada dos interesses brasileiros. A África se apresenta para o Brasil uma fonte de recursos energéticos que são ainda pouco explorados pelos próprios Estados da região, e que pode funcionar como uma alocação de mercado estratégica especialmente para o setor automobilístico (SCHLÄGER 2007; DE LA FONTAINE, 2007). O continente africano é habitualmente uma rota das exportações brasileiras de alimentos, bem como bens industriais, oferecendo, em contrapartida, a importação de recursos energéticos através da Angola e Nigéria. O que explica a razão de o presidente Lula, durante os seus dois mandatos, ter visitado mais de 17 países africanos. (DE LA FONTAINE, 2007).

³⁶ Artigo: South-South Cooperation between Brazil, India and South Africa

Assim, tornam-se mais compreensíveis as motivações brasileiras que convergem para a cooperação internacional, especialmente em caráter Sul-Sul, quando se alinha com as potências regionais, Índia e África do Sul. Além de diversificar seus mercados para o escoamento dos seus produtos agrícolas e industrializados, o Brasil abre as portas para uma maior atuação no cenário mundial, principalmente no que tange ao processo decisório internacional. Especialmente, nas relações com a África do Sul, ele tenta se inserir num mercado de recursos energéticos, tão almejados no momento hodierno. Junto com Índia e África do Sul, a nação brasileira se engaja no processo de reforma dos órgãos multilaterais internacionais, a fim de participar efetivamente da condução da governança global, contando com o apoio do país indiano, que também pleiteia um assento no CSONU.

Além do apresentado em parágrafos anteriores, um ponto que vale a pena ser observado é o nome que leva o documento que sagrou a criação do IBAS: Declaração de Brasília. Tal nome denota o peso exercido pelo Brasil na formação do Grupo, ponto esse corroborado em ocasião da primeira reunião de cúpula do G-3 acontecida na capital brasileira em setembro de 2006. Já que a PEB brasileira tem como um dos eixos principais a aproximação com outros países em desenvolvimento, a coalizão IBSA ganha lugar de destaque nesse esforço. Em 2008, África do Sul era o principal destino das exportações brasileiras para todo o continente africano. Figurando a Índia, como o quarto maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, a despeito de sua pouca disposição em permitir acesso ao seu mercado.

Na articulação de relações bilaterais intragrupo, O Brasil consegue atingir seus objetivos individuais de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, por exemplo, firmando suas intenções no cenário global, mesmo que esse crescimento não seja observado, em níveis iguais, em todos os membros do G-3. Diante disso, no tocante as trocas comerciais com a África do Sul, tem-se percebido que o saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. No período de 2008 a 2012, houve registros de superávits brasileiros em todos os anos: US\$ 991 milhões (2008), US\$ 1,24 bilhões (2009), US\$ 557 milhões (2010), US\$ 348 milhões (2011) e US\$ 906 milhões (2012). Em 2012, o superávit aumentou 186% em relação a 2011³⁷.

Diante disso, diversas empresas brasileiras ganharam espaço no cenário sul-africano, dentre as quais está a Vale do Rio Doce, que participa de empreendimentos na área de mineração da África do Sul³⁸, recebendo, em 2004, um convite do então

³⁷ Fonte: <http://www.brasilexport.gov.br> – Acesso em 08 de Junho de 2015.

³⁸ Fonte: <http://funag.gov.br>- Acesso em 07 de Junho de 2015.

presidente sul-africano, Thabo Mbeki (1999-2008), para a construção, no país, de uma fábrica de alumínio no valor estimado de US\$ 2 bilhões, num projeto para produzir 500 mil toneladas de alumínio por ano, o que equivale a 40% da produção brasileira³⁹. Vale a pena frisar que a cooperação bilateral, bem como a de nível trilateral, não acontece num clima de competição, mas de auxílio mútuo entre os membros do IBSA.

De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em seus informes do MERCOSUL, o país sul-africano passou a constar na agenda de negociações do bloco no ano 2000, como resultado de um período de oito anos de visitas, rodadas de negociação e aproximação, firmando em dezembro de 2008, durante a XXXVI cúpula do bloco econômico sul-americano, um acordo de preferências comerciais com o SACU⁴⁰ (LAZAROTTO; AZEVEDO, 2010). Na África do Sul, o Brasil iniciou investimentos de maneira mais intensa após a eleição de Mandela. Com essa aproximação, o objetivo visava não apenas fortalecer o diálogo nos fóruns internacionais, mas também para dar origem aos mencionados empreendimentos comuns entre eles.

No tocante às relações Brasil-Índia, também há espaço para atuação de empresas brasileiras, como a Marcopolo⁴¹, que estabeleceu uma *joint venture* com a empresa indiana Tata Motors. A meta da Tata Marcopolo era chegar a 2013 fabricando 25 mil ônibus por ano, com uma força de trabalho de 4 mil colaboradores e uma receita de US\$ 400 milhões⁴². Essa parceria demonstra que grandes empresas da Índia estão ampliando suas operações no mercado brasileiro e vice-versa, e as possibilidades de intercâmbio nas áreas de tecnologia avançada apresentam grande importância.

Uma importante área da parceria indo-brasileira é a de defesa. Em 2012, o então chanceler brasileiro, Celso Amorim, desembarcou em Nova Déli para uma série de encontros com autoridades e visitas a instalações militares, a fim de reforçar a cooperação dos dois neste setor⁴³. Essa parceria é uma prioridade estratégica do Brasil, de acordo com o Ministério da Defesa, o governo entende que existe um grande potencial de cooperação científico-tecnológica com esse país asiático no que diz respeito ao setor militar, figurando a possibilidade de desenvolvimento de projetos de interesse mútuo. Sabe-se que a interação entre essas duas democracias se intensificou com a criação do Fórum de Diálogo, e que, a partir disso, foram realizados diversos

³⁹ Fonte: <http://revistaepoca.globo.com> – Acesso em 08 de Junho de 2015.

⁴⁰ União Aduaneira da África Austral, zona de livre-comércio.

⁴¹ Fabricante brasileira de carrocerias de ônibus, no mercado desde 1940. Fonte <http://www.marcopolo.com.br/> - Acesso em 08 de Junho de 2015.

⁴² Fonte: <http://www.revistapib.com.br/> - Acesso em 05 de Junho de 2015.

⁴³ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/> - Acesso em 07 de Junho de 2015.

eventos bilaterais de defesa, como visitas às Marinhas de Guerra, e reuniões de colegiados como o Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia (CCD), a Comissão Mista Brasil-Índia (Comista) e do Grupo Setorial de Defesa do IBSA⁴⁴.

Como resultado das iniciativas de cooperação no setor militar, Brasil e África do Sul desenvolveram o míssil ar-ar de quinta geração, A-Darter. Um dos motivos para essa iniciativa é a busca por maior autonomia no campo da inovação e produção de artigos tecnológicos do setor militar internacional⁴⁵. Nesse processo foram formadas “equipes espelho” de trabalho, compostas por engenheiros e técnicos brasileiros. Esse projeto foi desenvolvido através da parceria com as empresas Avibrás, Mectron e Opto, com destaque para a Mectron que ficou responsável pela industrialização do míssil no Brasil. Na parte sul-africana a empresa responsável é a Denel Dynamics. Para o projeto, o Brasil fez um aporte de R\$ 300 milhões, dos quais R\$ 60 milhões foram financiados pela Força Aérea Brasileira (FAB), e a África do Sul participou do investimento com pouco mais de US\$ 200 milhões.

Do lado brasileiro, a gerência do contrato de desenvolvimento do A-Darter cabe à Comissão Coordenadora do Programa de Aeronave de Combate (Copac) da FAB⁴⁶. Foi realizado um teste bem-sucedido com o A-Darter em fevereiro deste ano (2015), integrado a um caça Gripen C/D sul-africano, o alvo era uma aeronave não tripulada. Essa parceria no campo militar é de grande interesse brasileiro, estima-se que a partir de 2018 o Brasil contará com uma versão mais moderna do Gripen, a NG, em sua frota. A previsão é de que esse projeto seja concluído no segundo semestre de 2016⁴⁷. Ainda há perspectivas de parceria no desenvolvimento de outro míssil, por parte dos dois países, sendo este novo projeto de um míssil de longo alcance, diferente do A-Darter que chega até 12 km.

Do ponto de vista econômico, em 2014 o PIB do Fórum de Diálogo IBAS era de US\$ 4,66 trilhões, de acordo com dados do MRE, o que representou 6,03 % do PIB mundial. Ficando a África do Sul responsável por uma fatia de 7% do PIB total, a Índia aparece com 40% e o Brasil foi o país que mais participou da composição do produto

⁴⁴ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/> - Acesso em 07 de Junho de 2015.

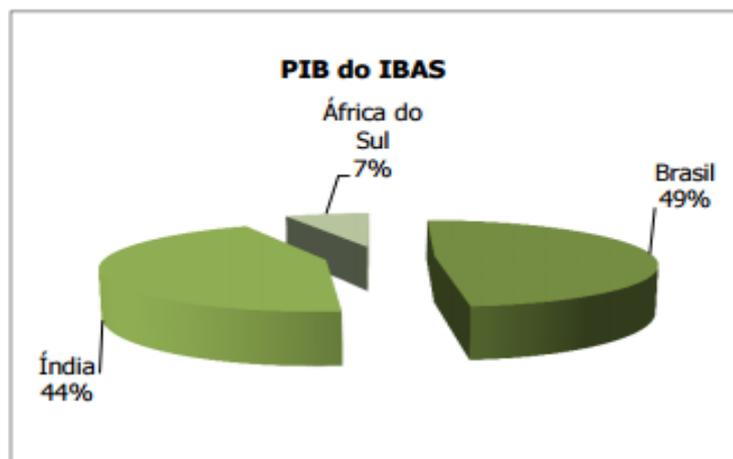
⁴⁵ O Brasil, África do Sul e o míssil A-Darter: uma experiência Sul-Sul de transferência de tecnologia? Fernandes, Luís; Garcia, Ana; Cruz, Paula; Willemsens, Clara. Setembro de 2013.

⁴⁶ Brasil e África do Sul fortalecem cooperação na área de Defesa. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/03/brasil-e-africa-do-sul-fortalecem-cooperacao-na-area-de-defesa>> Acesso em: 08/07/2015.

⁴⁷ Brasil e África do Sul fortalecem cooperação na área de Defesa. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/03/brasil-e-africa-do-sul-fortalecem-cooperacao-na-area-de-defesa>> Acesso em: 08/07/2015.

interno bruto do grupo IBSA. Através disso, é possível perceber a força exercida pelo Brasil no grupo. Para uma melhor apreciação de como ficou a contribuição, em termos percentuais, de cada membro na composição do PIB-IBAS 2014, veja-se o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – PIB IBAS.



Fonte: *Fonte: <http://www.brasilexport.gov.br/> - Acesso em 09 de Junho de 2015.*

Assim, fica nítida a participação do Brasil no Fórum de Diálogo IBAS, em especial, como este país se utiliza amplamente da via de cooperação bi-trilateral intragrupo (com ênfase nas parcerias bilaterais) para a consecução de seus interesses no plano mundial, funcionando, também, como uma ponte para uma maior aproximação da região Sul do hemisfério. Dessa forma, o Brasil apresenta o seu potencial de “aglutinador” de interesses, identificando e criando oportunidades de negócios com os países membros do G-3 para um maior desenvolvimento de suas estruturas: econômica, tecnológico-científica, social e de defesa.

Essa capacidade brasileira é, também, reconhecida pelos membros do grupo, tanto que o documento que ratifica as propostas do G-3 frisa a capital brasileira como importante responsável pela congregação dos países membros do grupo: Declaração de Brasília. Conforme citado anteriormente nesta pesquisa, por sua história diplomática o Brasil construiu respeito no cenário internacional, o que sempre lhe permitiu participar de arranjos diplomáticos, e, no caso em questão, mais propriamente político-econômicos que dão possibilidade ao país de mostrar a sua capacidade de diálogo no

plano global e regional. Dessa forma, a nação brasileira segue bom rumo na condução de seus objetivos mais particulares, buscando sempre congregar interesses em defesa de uma ordem mundial mais equânime e justa.

3 - Considerações finais

A presente pesquisa teve como objeto de estudo a cooperação em âmbito Sul-Sul, numa análise do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, e África do Sul, através da perspectiva brasileira, observando como o Brasil desenvolve suas estratégias de política externa para obtenção de maior espaço no cenário mundial. Isso possibilitou a compreensão de como as semelhanças de perfis e interesses levaram esses três líderes regionais a se congregarem em prol de uma maior participação nos processos decisórios internacionais, portanto, maior espaço no plano global.

Foi possível identificar como o Brasil conduziu a sua diplomacia, a partir do início do século XXI, com o governo do Presidente Luís Inácio da Silva, dotando-a de mais afirmação e força na defesa de seus interesses, inaugurando as iniciativas de geometria variável, representadas pelo G-20 e o G-3, levando a nação brasileira a figurar como um Estado atuante no sistema internacional, não sendo visto, apenas, como um país com características de observador, todavia, como um Estado que almeja e busca participar efetivamente da agenda mundial, sem abrir mão da cooperação como via principal.

A pesquisa buscou frisar a participação brasileira no G-3 justamente a fim de mostrar a capacidade do Brasil de articular iniciativas de integração em caráter regional e global, congregando os seus interesses junto a importantes atores internacionais como Índia e África do Sul, tendo em vista a nova ordem global do pós-guerra fria, que reconfigurou o cenário internacional permitindo a emergência de novos polos de poder, especialmente no hemisfério Sul.

No tocante ao G-3, pôde-se perceber por que a nação brasileira optou pelos países Índia e África do Sul, demonstrando o reconhecimento de suas potencialidades, levando a uma maior projeção do Brasil no exterior. Um bom exemplo disso foi a criação do Fundo IBAS para Alívio da Fome e da Pobreza, que trás um forte apelo na comunidade internacional, em especial, nas nações desenvolvidas, que passam a ver com bons olhos essa iniciativa para o auxílio aos países de menor desenvolvimento relativo e egressos de conflitos, desenvolvido no âmbito do PNUD da ONU, ratificando o compromisso das três nações com a Organização das Nações Unidas.

As três nações multiétnicas pleiteiam por reformas nos principais órgãos de decisão mundial, tais como a ONU e a OMC. Argumentam sobre a necessidade de expansão das categorias de membros permanente e não permanentes no CSNU, para o qual pleiteiam um assento permanente, visando a representação neste Conselho das

regiões em que cada um deles se localiza. Para tanto, os membros do IBAS se apoiam mutuamente neste tentame, no qual adota medidas pacíficas e pró-desenvolvimento à exemplo do compromisso com as Metas do Milênio. Outro ponto semelhante entre eles é que são líderes nas regiões que ocupam, e para esses países, um assento no Conselho de Segurança serviria, além de outros fatores, a uma maior representatividade da América do Sul, África Austral e Subcontinente Indiano.

No presente trabalho é possível perceber que o Brasil exercita a sua capacidade de “aglutinador” de interesses no momento em que parte para a cooperação bilateral com os participantes do IBSA, trazendo mais força e desenvolvimento para a sua economia, além de ampliar os seus setores de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e Ciência e Tecnologia (C&T). Como exemplo deste tipo de investimento está a parceria no setor militar entre o Brasil e a África do Sul, para o desenvolvimento do míssil ar-ar, A-Darter, que visa garantir mais autonomia das tecnologias das grandes potências.

No quesito econômico, a nação brasileira demonstra sua forte participação no grupo através do PIB IBAS de 2014, em que ficou responsável pela maior fatia nas exportações. Com amplo histórico da condução pacífica de seus interesses no plano externo, o Brasil ganha a confiança de importantes atores mundiais, em especial os Estados Unidos, o que favorece ainda mais o pleito dos três por mais espaço no plano internacional, e aumenta as possibilidades comerciais intra e extra-grupo.

Como linhas teóricas de estudo o presente trabalho abordou a Teoria Liberal, ficando responsável por demonstrar que os atores internacionais podem melhor alcançar os seus próprios interesses, a partir da busca individual de seus objetivos, o que acaba resultado na tendência a cooperação para que os resultados sejam mais rápidos e eficazes. É pensando, cada um, na obtenção de mais participação no cenário global que os membros do IBSA se unem numa nítida percepção de suas realidades enquanto potências emergentes e líderes regionais, com capacidade de juntos influenciarem para uma maior equanimidade nas relações entre os Estados da arena global.

A teoria de Análise de Política Externa surge como um fator explicativo de como a condução da política externa de um determinado Estado, ou grupo de Estados, interfere nos demais Estados do sistema internacional. Numa mudança da agenda internacional brasileira, visando sua maior atuação no sistema global, o presidente Lula inaugura em 2003 as chamadas iniciativas de geometria variável, tendo como exemplos a criação do G-20 e do G-3. Isso serviu para mostrar a nova proposta brasileira de intenção de participar mais ativamente da elaboração da agenda global

Por meio das teorias de *Soft-balancing*, observa-se a maneira pela qual esses países emergentes e *system affecting*, buscam agir em conjunto e fora de suas fronteiras. Possuindo fortes condicionamentos externos, especialmente do ponto de vista econômico, detentores de baixo coeficiente militar, reconhecem os EUA como a potência hegemônica mundial. Assim, para atuarem no cenário global, observando a desigualdade na balança de poder com os Estados Unidos, esses países emergentes adotam a prática de um balanceamento suave para conter, frustrar, e adiar ações militares e unilaterais desse ator hegemônico. Assim, partem para arranjos de cooperação, na busca de somarem esforços para obtenção de mais espaço e poder de ação no sistema internacional.

Com a iniciativa IBSA, abre-se um novo caminho para o posicionamento de países que normalmente tendiam a ficar à margem de importantes discussões e negociações internacionais. Como potências emergentes que são, levando em conta a ausência de governança global, portanto, instabilidade no cenário global, esses líderes regionais mostram a sua capacidade de convergência e vontade para alcançar as almejadas mudanças no plano global de forma pacífica e eficaz, provando que é possível lidar com o ator hegemônico sem ter de confrontá-lo.

É por entender a viabilidade e eficácia de formações como a do Fórum de Diálogo IBAS, que o presente trabalho almeja chamar a atenção para futuros estudos nesta proeminente área de pesquisa que, certamente, renderá ainda mais frutos, já que traz a perspectiva inovadora da cooperação Sul-Sul, num movimento de ruptura com o tradicional alinhamento dos países emergentes com as conhecidas potências mundiais, com vistas ao alcance de objetivos, demonstrada por essas três democracias multiétnicas.

4 – REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Campus, 2005.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008. 88p. ISBN 978-85-254-1758-9.

MINTZ, Alex e DEROUEN Jr., Karl – **Understanding Foreign Policy Decision Making**; Cambridge University Press; 2010

A.PAPE, Robert; **Soft Balancing against the United States”-International Security**, Vol. 30, No. 1 (Verão de 2005), pp 7-45.

T.V Paul. **Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy-** International Security, Vol. 30, No. 1 (Summer 2005), pp. 46–71.

CERVO, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2011.

VISENTINI, Fagundes Paulo; CEPIK, Aurélio Marco; PEREIRA, Danielevicz Analúcia. **G-3- Fórum de diálogo Ibas**. Juruá. 2010

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Ribeiro Andrea. **Organizações Internacionais: História e práticas**. Elsevier. 2004.

CASTRO, Thales (Organizador); **Relações Internacionais- Teoria e Desafios**. Curitiba Íthala. 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. Rio de Janeiro: Xamã, 1996.

ARTIGOS

RENSHON, Jonathan; RENSCHON, Stanley A. **The Theory and Practice of Foreign Policy Decision Making**. Annual Review of Political Science, Vol. 8: 23-48 (Volume publication date June/2005).

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danielevicz. **A política africana do governo Lula**. In: Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/ UFRGS. Rio Grande do Sul, 2008.

LAZZAROTO, Franco Eduardo; DE AZEVEDO, Zago Filipe André. Comércio entre o Brasil e a África do Sul: oportunidades e perspectivas. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)**.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; Nogueira, Joana Laura Marinho; Lopes, Dawisson Belém. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS*. **Dados: Revista de ciências sociais**. vol. 55 no.1 Rio de Janeiro 2012.

DE LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.48 no.1 Brasília Jan./June 2005.

VISENTINI, Fagundes Paulo. (Com a colaboração de Leticia Marranghello) – **A dimensão política: O IBAS Multilateral, Trilateral e Geopolítico**. Juruá, 2010.

DE OLIVEIRA, Henrique Altemani. As perspectivas de cooperação Sul-Sul no relacionamento Brasil-China. **Revista Nueva Sociedad 203**. Maio- Junho de 2006.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.53 no.1 Brasília Jan./July 2010.

VISENTINI. Fagundes Paulo. O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. **NERINT - Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de Estudos – UFRGS**. 2009

FLEMES, Daniel; COSTA Vaz, Alcides – “Security Policies of India, Brazil and South Africa – Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda” – **GIGA Working Papers** – February 2011.

REIS, dos Gomes Elton. Integração regional, projeção de poder e soft balancing: a dinâmica da conduta estratégica das potências regionais no sistema global. **Relações Internacionais- Teoria e Desafios**. Curitiba. Íthala. 2014.

FERNANDES, Biques Eliete. **O fórum de diálogo IBAS sob uma Perspectiva teórico-conceitual**. Século XXI, Porto Alegre, V. 3, Nº2, Jul-Dez 2012.

OLIVEIRA, de Fernandes Marcelo. **Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48 no. 2 Brasília July/Dec. 2005.

SARAIVA, Gomes Miriam. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 50: 42-59, 2007.

FLEMES, Daniel. **Conceptualizing Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case**. *GIGA Working Paper*, Alemanha, vol. 53, n.2, 2007.

NOLTE, Detlef. **Regional Powers in International Relations: Analytical Concepts and Research Approaches**. German Institute of Global and Area Studies (GIGA) *GIGA Working Paper* No. 30, April 2007.

GRATIUS, Susane. **Brasil nas Américas: potência pacificadora?** *Working Paper/ Relatório*, FRIDE, 2007.

PEDERSEN, Thomas. **Cooperative Hegemony: Power, Ideas and Institutions**. *Review of International Studies*, vol. 28, p. 677-696, 2002.

WOHLFORTH, William C. **Hard Times for Soft Balancing**. *International Security*, vol. 30, n.1, p. 72-108, 2005.

Walt, Stephen M. **Taming American power: the global response to US primacy**. Nova York: Norton, 2005.

FERNANDES, Luís; GARCIA, Ana; CRUZ, Paula; WILLEMSSENS, Clara. **O Brasil, África do Sul e o míssil A-Darter: uma experiência Sul-Sul de transferência de tecnologia?**. BRICS Monitor; Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento. BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS. Setembro de 2013.

SIMON, H.A. **THE NEW SCIENCE OF MANAGEMENT DECISION**. New York, NY: Harper and Row. 1960.

MINTZ, Alex; DEROUEN JR., Karl. **Understanding Foreign Policy Decision Making**. Cambridge University Press; 1 edition (February 22, 2010).

DE LA FONTAINE, Dana. **South-South Cooperation between Brazil, India and South Africa, [200-]**.

TRABALHOS ACADÊMICOS

Roa, Alejandra Carrillo. **“A agenda de Cooperação Sul-Sul em Saúde do Fórum IBAS - Índia, Brasil e África do Sul”**. Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre Modalidade Profissional em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP. Brasília, setembro de 2014.

PÁGINAS DA WEB

A Vale na África: Depois de Japão e China, a mineradora busca negócios em um novo continente. **Revista Época**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI45156-15259,00-A+VALE+NA+AFRICA.html>. Acessado em 08/06/15.

Tata Marcopolo começa a produzir em nova fábrica na Índia: Joint-venture de empresas brasileira e indiana vai fazer 25 mil ônibus em 2013. **Revista PIB**. Disponível em: <http://www.revistapib.com.br/noticias_visualizar.php?id=282>. Acessado em 08/06/15.

Brasil e África do Sul fortalecem cooperação na área de Defesa. **Portal Brasil**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/03/brasil-e-africa-do-sul-fortalecem-cooperacao-na-area-de-defesa>> Acesso em: 08/07/2015.